

2022

Relatório e Contas

carris 





Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E SUAS PARTICIPADAS	12
1.1. SÍNTESE HISTÓRICA	12
1.2. UNIVERSO DE EMPRESAS CARRIS	13
2. PRINCIPAIS INDICADORES.....	15
3. ANO 2022 EM REVISTA	17
4. ATIVIDADE	26
4.1. EXPLORAÇÃO OPERACIONAL	26
4.2. QUALIDADE DO SERVIÇO.....	27
4.3. ATIVIDADE COMERCIAL.....	31
4.4. SEGURANÇA DE EXPLORAÇÃO (SAFETY).....	39
4.5. FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO.....	40
4.6. INFRAESTRUTURAS DE TRACÇÃO ELÉTRICA.....	42
4.7. MUSEU DA CARRIS.....	43
5. RECURSOS HUMANOS	47
5.1. EVOLUÇÃO DO EFETIVO	48
5.2. POLÍTICA SALARIAL	48
5.3. FORMAÇÃO	48
5.4. INDICADORES DE PRESTAÇÃO DO TRABALHO	49
6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	56
6.1. CONJUNTURA ECONÓMICA 2022	56
6.2. ANÁLISE DE RESULTADOS DA EMPRESA.....	57
6.3. ESTRUTURA PATRIMONIAL	59
6.4. INVESTIMENTO REALIZADO.....	61
6.5. FLUXOS FINANCEIROS.....	63
6.6. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS.....	64
7. GOVERNO SOCIETÁRIO	66
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	68
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO.....	69
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	77
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	78
2.1. BASE DE PREPARAÇÃO	78
2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC	78
2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	78



3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NORMAS CONTABILÍSTICAS DE RELATO FINANCEIRO – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA	78
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	78
4.1. BASES DE APRESENTAÇÃO.....	79
4.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	79
4.3. LOCAÇÕES.....	80
4.4. ATIVOS INTANGÍVEIS	80
4.5. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	81
4.6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS	81
4.7. INVENTÁRIOS.....	81
4.8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	82
4.9. SUBSÍDIOS DO GOVERNO	84
4.10. RÉDITO.....	85
4.11. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS	88
4.12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	89
4.13. PROVISÕES.....	89
4.14. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.....	90
4.15. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS E JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	90
4.16. REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)	90
4.17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	90
5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	91
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	92
7. LOCAÇÕES	94
8. ATIVOS INTANGÍVEIS	95
9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	97
10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	98
11. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	102
12. INVENTÁRIOS	103
13. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	104
14. CAPITAL PRÓPRIO	105
15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	108
16. FORNECEDORES, EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR	109
17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	111
18. DIFERIMENTOS PASSIVOS	111
19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	112
20. RÉDITO	114
21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	115



22.	GASTOS COM O PESSOAL.....	116
23.	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO.....	117
24.	OUTROS RENDIMENTOS	118
25.	OUTROS GASTOS	118
26.	JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES.....	119
27.	PARTES RELACIONADAS.....	119
28.	SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS	121
29.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	124
30.	GARANTIAS.....	124
31.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	125



Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Estrutura da Procura/Modo	32
Gráfico 2 – Receitas Acumuladas 2022.....	34
Gráfico 3 – Principais motivos de reclamações de serviço	36
Gráfico 4 – Chamadas.....	37
Gráfico 5 - Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais	52
Gráfico 6 – Tipologia dos Acidentes de Trabalho	52
Gráfico 7 – Evolução Investimento (10 ³ €).....	62

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2022	27
Tabela 2 – Indicadores da Oferta.....	27
Tabela 3 – Velocidade Média de Exploração (Km/h).....	28
Tabela 4 – Ocorrências	28
Tabela 5 – Taxa de ocupação.....	28
Tabela 6 – Sinistralidade - Acidentes de Exploração	29
Tabela 7 – Sinistralidade – Taxa de Acidentes de Exploração	29
Tabela 8 – Taxa de Cumprimento.....	31
Tabela 9 – Passageiros – Validações.....	32
Tabela 10 – Receita (sem IVA) por Título de Transporte	33
Tabela 11 – Tipologia de processos Comunicações do cliente.....	36
Tabela 12 – Composição da Rede de Vendas	38
Tabela 13 – Frota de Serviço Público	41
Tabela 14 – Custos de Manutenção da Frota de Autocarros	42
Tabela 15 – Custos de Manutenção do Modo Elétrico	42
Tabela 16 – Apoio Psicossocial	47
Tabela 17 – Efetivo CARRIS a 31 de dezembro	48
Tabela 18 – Formação	49
Tabela 19 – Absentismo em sentido lato.....	50
Tabela 20 – Absentismo detalhado.....	50



Tabela 21 – Trabalho suplementar	50
Tabela 22 – Número de consultas realizadas, por tipo.....	53
Tabela 23 – Número de exames/ consultas (MT).....	54
Tabela 24 – Demonstração de Resultados (103€).....	57
Tabela 25 – Gastos com recursos energéticos	58
Tabela 26 – Variação do Património (103€)	59
Tabela 27 – Investimentos (10 ³ €)	62
Tabela 28 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (10 ³ €)	63
Tabela 29 – Prazo Médio de Pagamentos.....	64



Mensagem do Conselho de Administração

Em maio de 2022, tomou posse o novo Conselho de Administração da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A., imbuído naturalmente de sentido de responsabilidade e muito honrado e motivado por assumir a liderança da CARRIS, no ano em que esta celebra os seus 150 anos de existência. Trata-se de um privilégio inestimável, participar assim tão ativamente na história desta grande empresa.

Com efeito, a CARRIS, na sua longa história de sucesso, soube sempre se colocar na vanguarda da mobilidade e da inovação, evoluindo com a cidade e ao serviço da cidade, o que se pretende assegurar e reforçar nos anos futuros!

A missão a que se propõe este Conselho de Administração, e que surge expressamente vertida no Plano de Atividades para 2023 recentemente aprovado, constitui, pois, um enorme desafio: afirmar a CARRIS como a Mobilidade Inteligente do Futuro.

O ano 2022 foi ainda fortemente marcado pela pandemia do vírus COVID-19, que impôs diversas medidas restritivas à circulação até finais de setembro. Ainda assim, foi possível assistir-se a uma recuperação gradual da atividade, com os níveis da procura a atingirem o valor de 91% face ao ano de 2019 (último ano pré-pandemia e em que, ademais, se assistiu a um crescimento muito significativo da procura do transporte público).

Para este aumento da procura contribuiu indubitavelmente a recente medida adotada pela Câmara Municipal de Lisboa, de atribuição da gratuitidade de acesso ao transporte público na cidade de Lisboa, aos maiores de 65 anos e aos jovens estudantes com idade inferior a 23 anos. Medida essa que atingiu uma adesão na ordem dos 70 mil utilizadores em dezembro de 2022.

De modo, a corresponder da melhor forma às expectativas dos seus clientes, a CARRIS aumentou a sua oferta ao longo do ano, não apenas através da introdução de novas carreiras, mas também mediante a realização de ajustes nos horários e nos percursos das linhas da rede, da utilização de viaturas de maior capacidade e da realização de serviços especiais, para resposta a eventos e/ou situações pontuais de acréscimo de procura de serviço de transporte público na cidade. Não é demais realçar que, em 2022, a CARRIS apresentou uma taxa de cumprimento do serviço superior a 98%.

Adicionalmente, a empresa reforçou o seu esforço de investimento, no sentido de promover a renovação da sua frota por veículos mais modernos, confortáveis e com maior eficiência energética. Nesse contexto, no decorrer do ano 2022, entraram ao serviço, 44 novos autocarros a gás natural comprimido

(GNC). Foram ainda assinados dois contratos de fornecimento de material circulante: um para o fornecimento de 30 autocarros *standard* elétricos e outro para o fornecimento de 24 autocarros articulados a GNC. Está ainda em curso um contrato de fornecimento de 15 modernos elétricos articulados, essencial para o reforço do modo elétrico a partir já do ano de 2023, desígnio que a CARRIS pretende prosseguir nos próximos anos com o alargamento da rede de elétricos. Evidencia-se assim um esforço significativo com vista a melhorar a sustentabilidade e a qualidade do serviço prestado.

Importa ter presente que o início da guerra na Ucrânia, em fevereiro de 2022, condicionou negativamente não apenas o esforço de investimento em curso pela empresa, pelas disrupções causadas nas cadeias produtivas, levando a atrasos no fornecimento de material, mas também a evolução dos seus gastos, nomeadamente ao nível do fornecimento de recursos energéticos (combustível, gás e eletricidade), que apresentaram um aumento de 32%. Sem prejuízo, a CARRIS conseguiu manter uma situação financeira equilibrada, apresentando um EBITDA e Resultados Líquidos positivos.

A sustentabilidade económica da CARRIS é uma prioridade para a gestão da empresa. Porém, mais do que visar a mera obtenção de resultados imediatos significativos, focamo-nos na melhoria efetiva da mobilidade. De facto, a CARRIS não constitui um investimento de capital, mas sim uma empresa instrumental e fundamental na prossecução do objetivo maior que é o de garantir uma mobilidade eficiente e ambientalmente sustentável na cidade. Sem prejuízo, importa ter presente que este foco na mobilidade será essencial para a continuidade e sustentabilidade económica e financeira futura da CARRIS.

Neste sentido, importa que a empresa possa desempenhar da melhor forma possível a sua missão sem, contudo, comprometer a sua saúde económico-financeira, como os resultados obtidos tão bem o espelham.

No decorrer do ano 2022, foi possível integrar na empresa mais de uma centena de novos trabalhadores, na sua esmagadora maioria tripulantes. A história de sucesso da CARRIS assenta no esforço, no empenho e no profissionalismo que milhares de trabalhadores devotaram à empresa nos últimos 150 anos! Por isso, não podemos deixar de dirigir a todos eles o nosso obrigado e sentido reconhecimento pelo trabalho realizado.

No percurso de mais um ano ao serviço da cidade, não podemos igualmente deixar de agradecer aos nossos Clientes: àqueles que ao longo de anos têm confiado no nosso serviço, bem como aos futuros clientes que em breve conquistaremos para a empresa e para o Transporte Público. Este é o desígnio que diariamente nos move: prestar um serviço mais regular, acessível, seguro, confortável e eficiente, que melhore a sua experiência de mobilidade dentro da cidade.

Por fim, importa ter presente que o sucesso da nossa missão apenas é possível graças à forte aposta que o nosso Acionista - a Câmara Municipal de Lisboa –, empenha na CARRIS, enquanto empresa de mobilidade do Município. O seu suporte incondicional na promoção de um sistema de mobilidade que incentive a utilização do transporte público de forma cada vez mais sustentável, tem sido para nós fundamental!

A todos o nosso bem haja, com o compromisso de continuarmos a dar o melhor de nós ao serviço da cidade, da empresa, dos seus trabalhadores e clientes.

O Conselho de Administração

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dra. Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.^a Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Dra. Sara Maria Pereira do Nascimento

Arq. Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

2022

Relatório e Contas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Em 2022 foram nomeados novos membros do Conselho de Administração da CARRIS, por Deliberação Unânime por Escrito, datada de 25 de maio de 2022, sendo a nova composição a seguinte:



Fernando Pedro
Peniche de Sousa
Moutinho

Vogal não executivo

Maria de Albuquerque
Rodrigues da Silva
Lopes Duarte

Vice-Presidente

Pedro Gonçalo de
Brito Aleixo Bogas

Presidente

Sara Maria Pereira do
Nascimento

Vogal executiva

Ana Cristina Pereira
Coelho

Vice-Presidente

2022

Relatório e Contas

1.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E SUAS PARTICIPADAS





1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E SUAS PARTICIPADAS

1.1. Síntese histórica

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, foi fundada em 18 de setembro de 1872, tendo iniciado a sua atividade com um sistema de transporte do tipo “americano” (carruagens sobre carris movidas a tração animal). A sua primeira linha foi inaugurada em 1873. Na década seguinte surgiu um novo tipo de veículo – ascensor - que veio facilitar os acessos nas zonas mais íngremes da cidade. O ascensor do Lavra foi o primeiro a ser inaugurado, em 1884, seguindo-se o da Glória, em 1885 e, por fim, o da Bica, em 1892. O elevador de Santa Justa apareceu apenas em 1902, acompanhando outras inovações no sistema de transportes da altura.

Em 1901, fruto da convergência de dezenas de anos de esforços e transformações notáveis, surgiu o primeiro carro elétrico cuja rede foi rapidamente estendida a toda a cidade.

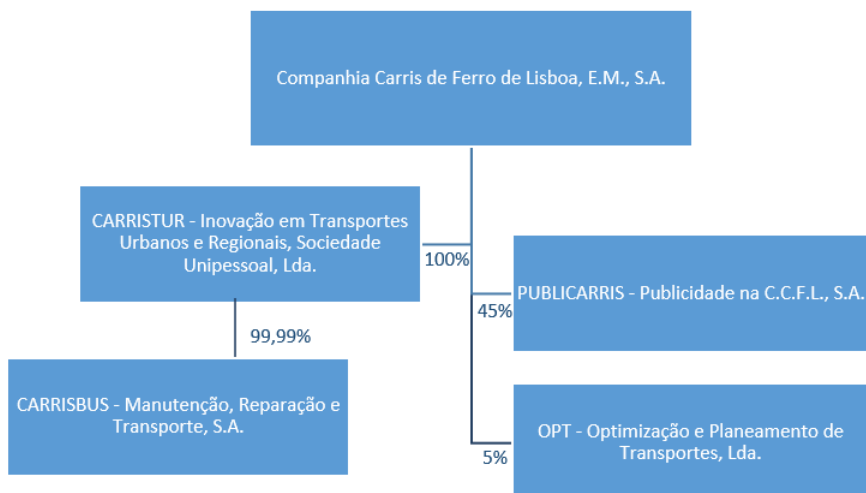
Pelos anos 40, tendo a Empresa vários autocarros na sua frota, inaugurou oficialmente em 1944, o serviço de transporte em autocarro. A partir do final da década de 50, coincidindo com a inauguração e crescimento da rede do metropolitano, esta rede de autocarros foi sendo aumentada, em detrimento da rede de elétricos.

O serviço público de transporte rodoviário de passageiros é prestado, na cidade de Lisboa, desde há várias décadas, pela CARRIS, tendo por base a concessão regulada pelo Decreto-Lei nº 174/2014, de 5 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de dezembro. Este diploma atribuiu ao Município de Lisboa a assunção plena das atribuições e competências legais no que respeita ao serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, transferindo a posição contratual detida pelo Estado no Contrato de Concessão de Serviço Público celebrado com a Carris. Determinou, também a partir de 01.02.2017, a transmissão de todas as ações representativas do capital social da CARRIS, a universalidade de direitos e obrigações, do Estado para o Município de Lisboa, incluindo as participações sociais da Empresa.

No seguimento das alterações verificadas, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa (AML), a 25 de maio de 2017, a 2ª alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros, celebrado entre o Município de Lisboa e a CARRIS, obtendo, em 13 de setembro de 2018, o parecer positivo da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e, em 1 de outubro de 2018, o visto do Tribunal de Contas.

No final de 2022 a Empresa disponibilizava à cidade de Lisboa 99 carreiras de autocarros (6 da “rede da madrugada”), 6 carreiras de elétricos, 3 ascensores e 1 elevador, num total de 793 veículos.

1.2. Universo de Empresas CARRIS



O universo de empresas CARRIS é formado pela Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A. e pelas suas participadas, conforme acima apresentado.

A CARRIS detém a totalidade do capital da empresa CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda., empresa que desenvolve a sua atividade em duas principais áreas de negócio: turismo e formação. A Carristur é o principal operador de circuitos turísticos em autocarros panorâmicos em Portugal, estando presente em sete cidades portuguesas: Lisboa, Porto, Funchal, São Miguel, Coimbra, Braga e Guimarães mostrando aos seus clientes quais os melhores sítios para visitar em Portugal. A realização de ações de formação de tripulantes de autocarros e de elétricos (guarda-freios), bem como a formação profissional no âmbito das tecnologias de organização e gestão de redes e sistemas de transporte público rodoviário e a sua exploração, constituem igualmente uma área de atuação relevante da empresa.

A CARRISTUR (e a CARRIS, indiretamente) detém a maioria do capital da empresa CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transporte, SA, cujo objeto principal consiste na manutenção e reparação de veículos pesados de passageiros, bem como de carros elétricos. Desenvolve ainda atividades no âmbito do acondicionamento geral de órgãos e veículos, da desempanagem e reboque dos autocarros e elétricos sob assistência, e executa tarefas preventivas/curativas, nos equipamentos embarcados nos veículos.

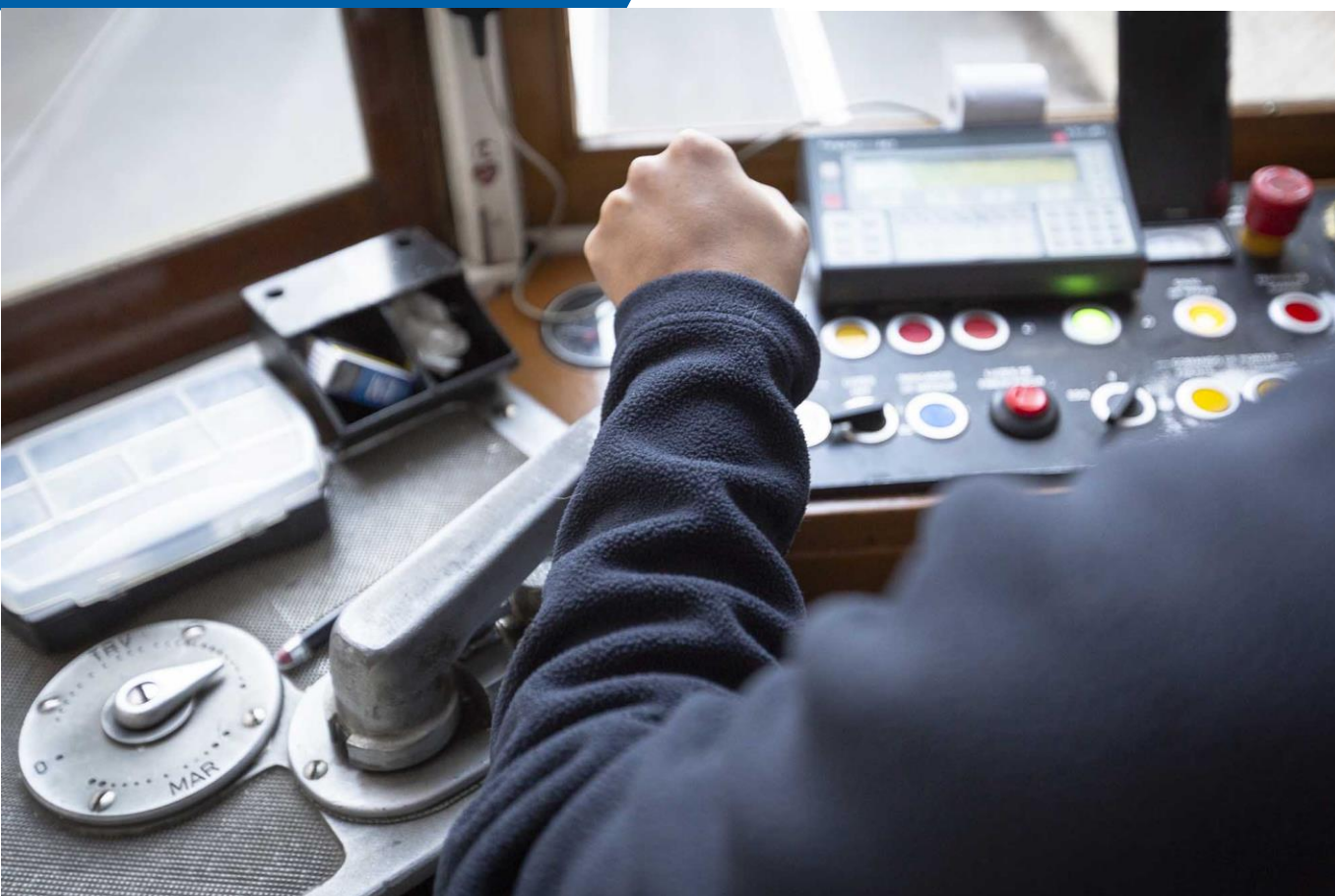
A CARRIS tem ainda participação minoritária nas seguintes empresas:

- PUBLICARRIS – empresa criada para exploração publicitária de meios nos veículos e espaços CARRIS; e
- OPT, empresa especialista em soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes e geração automática de informação ao público.

2022

Relatório e Contas

2. PRINCIPAIS INDICADORES





2. PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES DE ATIVIDADE	Unidade	REAL 2022	REAL 2021	ORÇ 2022	Var 2022/2021 (%)	Var 2022/ORÇ (%)
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados SP com Título Válido)	10 ³	126 919	91 207	114 306	39%	11%
PKT (Passageiros x km)	10 ³	448 744	318 206	396 474	41%	13%
Receita Tarifária (compensações incluídas)	M€	104,429	79,146	92,091	32%	13%
Indicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x km)	10 ⁶	2 445	2 385	2 416	3%	1%
Veículos x km (serviço público)	10 ³	36 759	36 372	37 720	1%	-3%
Qualidade de Serviço						
Taxa de cumprimento (VeicXKm)	%	98,7%	99,7%	-	-1,1 p.p.	-
Taxa de Ocupação	%	18%	13%	16%	5,0 p.p.	1,9 p.p.
INDICADORES DE RH						
Nº de efetivos	Un.	2 591	2 627	2 701	-1%	-4%
Massa Salarial	m€	59 694	56 289	61 377	6%	-3%
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	M€	129,154	125,749	156,237	3%	-17%
Ativo corrente	M€	81,806	79,922	58,454	2%	40%
Total Ativo	M€	210,960	205,671	214,691	3%	-2%
Capital Próprio	M€	110,745	114,544	120,577	-3%	-8%
Passivo	M€	100,215	91,126	94,115	10%	6%
Total Capital Próprio e Passivo	M€	210,960	205,671	214,691	3%	-2%
INVESTIMENTOS						
Infraestruturas de Longa Duração	M€	1,680	2,822	13,504	-40%	-88%
Renovação e Beneficiação de Frota	M€	12,496	12,240	23,662	2%	-47%
Outros Investimentos	M€	1,598	2,220	9,418	-28%	-83%
DESPESA DE INVESTIMENTO	M€	15,774	17,282	46,584	-9%	-66%
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Autonomia Financeira	%	52,5%	55,7%	56,2%	-3,2 p.p.	-3,7 p.p.
Solvabilidade	%	110,5%	125,7%	128,1%	-15,2 p.p.	-17,6 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS						
Prazo médio de pagamentos (PMP)	dias	34	41	39	-16%	-12%
Volume de Negócios	M€	103,999	77,868	91,440	34%	14%
Resultado Líquido	M€	3,067	11,546	1,281	-73%	139%
EBITDA	M€	19,260	29,863	20,141	-36%	-4%
Rendimentos Operacionais ¹	M€	155,585	154,599	160,324	1%	-3%
Gastos Operacionais ²	M€	134,794	122,418	141,743	10%	-5%
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado ³	€	0,97	1,23	1,15	-21%	-16%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	115,4%	126,3%	113,1%	-10,9 p.p.	2,3 p.p.

1) Exclui Reversões + Ajustamentos + Equiv. Patrimonial + Sub. Investimento + Rendim. Outros ativos

2) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações + Benefícios Pós-Emprego + Ind Rescisão + Equiv. Patrimonial

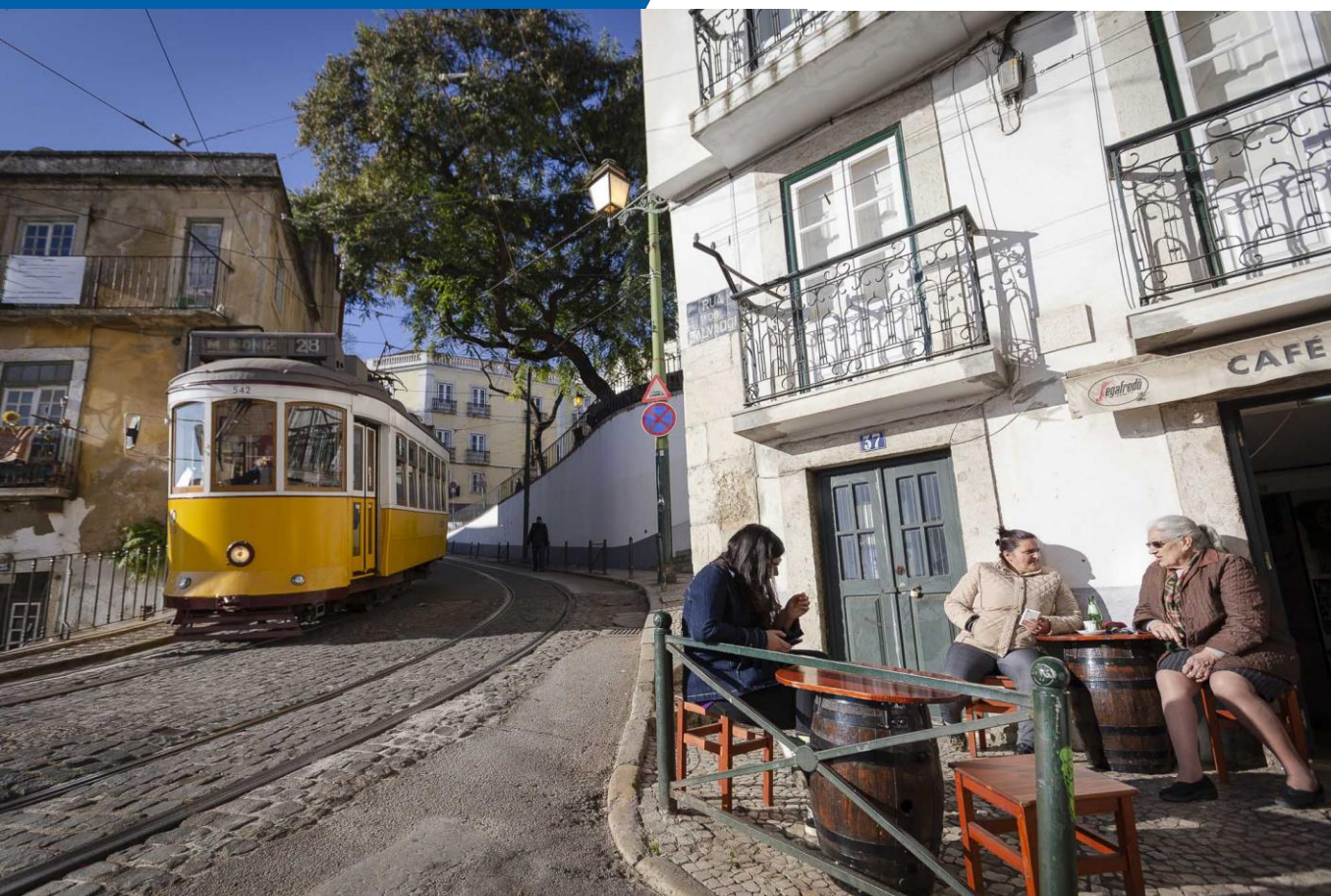
3) Passageiros transportados incluindo passageiros em fraude

2022

Relatório e Contas

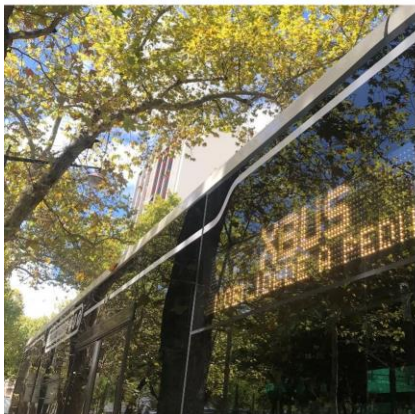
3.

ANO 2022 EM
REVISTA





3. ANO 2022 EM REVISTA



Janeiro

Conclusão do **projeto piloto XBUS** de mobilidade a pedido



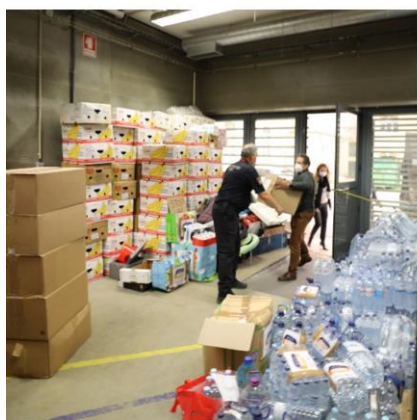
Fevereiro

Lançamento da campanha comemorativa dos **150 anos da CARRIS** “Juntos nas Voltas que a Cidade dá”.



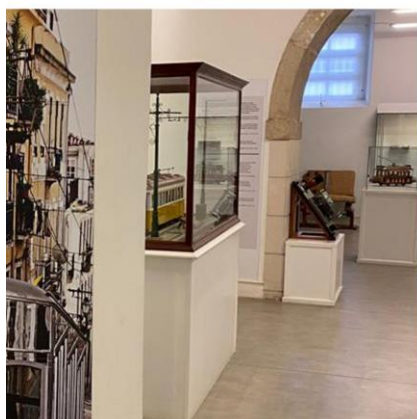
Março

Passeio de elétrico proporcionado pela CARRIS aos utentes da **APPACDM**.



Março

Recolha de bens a favor da **Ucrânia**



Abril

Reabertura do **Museu da CARRIS** após a reestruturação do espaço



Abril

Implementação da **Carreira de Bairro** 65B em Campo Ourique



Abril

Implementação da **Carreira de Bairro 49B** no Areeiro



Abril

Trabalhos de **substituição de carris**



Junho

Reabilitação da Casa do **Ascensor da Bica**



Junho

CARRIS eleita como **Marca de Confiança**
Ambiente



Junho

Concurso Escolar Beato Biobus em
parceria com a PRIO



Julho

Serviço CARRIS em **Festivais**



Da próxima paragem
à próxima geração

Julho

Implementação **Gratuidade + 65**



Julho

Gratuidade – abertura de **Lojas**

Provisórias em Santo Amaro e Arco Cego



Setembro

Presença na **Semana Europeia da
Mobilidade 2022**



Setembro

Participação da CARRIS no
MOBI Summit 2022



Setembro

Campanha do **150º aniversário da
CARRIS**



Setembro

**Desfile dos Clássicos pelo 150º
aniversário da CARRIS**



Da próxima paragem à próxima geração

Setembro

Implementação **Gratuidade - 23**



Setembro

Lighted Crows / Bordalo II

Comemorações do **150º aniversário da CARRIS**



Outubro

Serviço **Carris** dedicado a **Eventos**



Outubro

Amarelo – Projeto-piloto de **mobilidade escolar**



Dezembro

Campanha **Boas Festas** da CARRIS 2022

2022

Relatório e Contas

4. ATIVIDADE





4. ATIVIDADE

4.1. Exploração Operacional

4.1.1. Rede

No decorrer de 2022, as medidas implementadas na oferta, surgem no sentido de responder às necessidades da procura, nomeadamente as relacionadas com o ajuste de horários e percursos das linhas da rede, e com a realização de serviços especiais, para resposta a eventos na cidade. Em particular salientamos:

- Lançamento de novas carreiras da Rede de Bairros, ambas em abril de 2022:
 - 65B – Campo de Ourique;
 - 49B – Areeiro.
- Disponibilização de Serviços Especiais, de apoio a eventos na cidade:
 - Desportivos: “Corrida Luso”, “Meia Maratona”, “Corrida da Mulher” e “Taça de Portugal”;
 - Festividades: “Casamentos de Sto. António” e “Santos Populares”;
 - Conferências: “Conferência dos Oceanos” em julho de 2022 e WebSummit’22 em novembro de 2022;
 - Concerto dos Guns N’Roses;
 - Festivais de verão: RockInRio (RIR), NOS ALIVE, SuperBockSuperRock (SBSR), Festival Brunch Electronik’ e Festival Kalorama, entre os meses de maio a setembro de 2022.
- Reforços de linhas em resposta e apoio às Greves do Metro.
- Reforço de Oferta, ajustes de horário, prolongamentos de percurso ou de período de funcionamento:
 - 797 – Prolongamento serviço noturno em dia útil (DU);
 - 732 – Incremento de Oferta com mais um veículo em circulação em DU;
 - 54E – Prolongamento serviço noturno até às 23h.

Ainda no seguimento das melhorias adotadas pela Empresa, por forma a melhor corresponder às necessidades dos clientes, foram criadas paragens, algumas em resposta a solicitações apresentadas pelos clientes e pelas Juntas de Freguesia. Foram também efetuados ajustes à rede de oferta, com vista a responder aos constrangimentos criados por motivo de obras ou por conclusão das mesmas.

Ao longo de todo o ano, e principalmente em períodos e troços de maior afluência de passageiros, foram efetuados reforços, adicionais aos já previstos na informação ao público, de modo a garantir maior qualidade do serviço prestado e maior conforto ao passageiro. Ainda como medida de incremento de oferta, sempre que possível, foram colocados carros de maior capacidade (articulados ou standard) em linhas que normalmente operam com tipologias de veículos de menor capacidade.

Tabela 1 – Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2022

	Autocarros	Elétricos	Ascensores e Elevador	TOTAL
Nº de Carreiras	99	6	4	109
Extensão da Rede (via simples - km)	748	53		753
Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km)	1 817	64		1881
Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km)	18	11		18

4.1.2. Oferta

O ano de 2022 foi um ano de transição e adaptação aos ajustes da mobilidade na cidade, num pós-pandemia com regras de trabalho e teletrabalho em constante mudança, de acordo com as novas necessidades da população. Esta situação refletiu-se na rede de serviço público da CARRIS, essencialmente na adaptação de horários e percursos, e não tanto na expansão da rede, que apenas registou a entrada ao serviço de duas novas linhas da rede de bairros.

Os resultados da oferta registaram um aumento de 1,1% em Veículos*km, comparativamente a 2021. Este aumento previa-se superior, tendo sido condicionado nomeadamente pelo congestionamento e interrupções na circulação.

Os resultados do indicador Lugares*km decorrem do indicador Veículos*km, bem como das diferentes tipologias de frota utilizada nas carreiras de serviço público da Rede CARRIS.

Tabela 2 – Indicadores da Oferta

	Veículos * km (10 ³) SP				Lugares * km (10 ⁶)			
	2021	2022	Var.		2021	2022	Var.	
			Abs.	%			Abs.	%
Autocarros	34 508	34 931	423	1,2	2 255	2 319	64	2,8
Elétricos + Ascensores + Elevadores	1 864	1 828	-36	-1,9	130	127	-3	-2,6
TOTAL	36 372	36 759	387	1,1	2 385	2 445	60	2,5

4.2. Qualidade do Serviço

4.2.1. Velocidade Média de Exploração

Em 2022, a velocidade média de exploração na rede CARRIS sofreu uma redução, tendo ficado próxima do valor médio de 2019 (13,79 km/h). Este agravamento deveu-se essencialmente ao aumento do congestionamento decorrente do elevado número de veículos particulares a circular na cidade.



Tabela 3 – Velocidade Média de Exploração (Km/h)

	2021	2022	Var (%)
Autocarros	14,47	14,15	-2,2
Elétricos	9,57	9,13	-4,6
TOTAL	14,10	13,77	-2,3

As interrupções por estacionamento indevido, decorrente da maior agitação da cidade, alcançaram valores bem acima dos registados em 2021, 1.195 ocorrências com 874 horas de impacto para o cliente e afetando 1.371 veículos.

Tabela 4 – Ocorrências

	2021	2022	Var.	
			Abs.	%
Ocorrências	918	1 195	277	30,2
Horas de Interrupção	570	874	304	53,3
Veículos Imobilizados	1 030	1 371	341	33,1
Nº de arruamentos c/interrupção por mau estacionamento	158	192	34	21,5

4.2.2. Taxa de Ocupação

O indicador Taxa de Ocupação relaciona a Procura, medida em “Passageiros*km”, com a Oferta, medida em “Lugares*km”. Em 2022, este indicador regista um aumento de 5,01 p.p. relativamente a 2021, não atingindo, no entanto, os valores alcançados em 2019, face aos quais apresenta um decréscimo de 3,25 p.p..

Tabela 5 – Taxa de ocupação

	2021	2022	Var
Autocarros	13,31	18,03	4,72 p.p.
Elétricos, Ascensores e Elevador	13,83	24,16	10,33 p.p.
TOTAL	13,34	18,35	5,01 p.p.

4.2.3. Taxa de Acidentes

O número de Acidentes de Exploração ocorridos em 2022, num total de 1.347, foi superior ao verificado no ano anterior, representando um aumento de cerca de 22,8%. Este agravamento registou-se quer ao nível do modo autocarro (19,4%), quer do modo elétrico (65,8%).

Tabela 6 – Sinistralidade - Acidentes de Exploração

Acidentes de Exploração (n.º)	2021	2022	Var.	
			Abs.	%
Modo Autocarro	1 018	1 216	198	19,4
Modo Elétrico	79	131	52	65,8
TOTAL	1 097	1 347	250	22,8

No que respeita à Taxa de Acidentes de Exploração global, registou-se um aumento na ordem dos 6,7 p.p.. Por modo, verificaram-se aumentos de 5,6 p.p. e 26,8 p.p., respetivamente, no modo autocarro e no modo elétrico.

Tabela 7 – Sinistralidade – Taxa de Acidentes de Exploração

Taxa de Acidentes de Exploração *	2021	2022	Var.
Modo Autocarro	29,06	34,63	5,6 p.p.
Modo Elétrico	41,57	68,37	26,8 p.p.
TOTAL	29,70	36,38	6,7 p.p.

* Acidentes por milhão de Vkm (Serviço Total)

Em 2019, último ano comparável com 2022 em termos do meio envolvente, a taxa de acidentes global foi de 48,8 acidentes por milhão de quilómetros percorridos, o que compara com os 36,4 registados em 2022. Tal significa que, no ano em apreço, apesar de se terem registado, face a 2021, uma maior quantidade de acidentes e consequentemente maiores valores das taxas de acidentes em ambos os modos, quando comparado com o ano de 2019, o resultado apresenta uma redução de cerca de 12,4 p.p., no que à taxa de acidentes global se refere.

O agravamento face a 2021 é explicado pela retoma progressiva da atividade, com a redução do impacto causado pelas sucessivas declarações de “Estados de Emergência” e medidas associadas (teletrabalho, fecho de escolas, entre outros). Como tal, nos anos de 2020 e 2021, a pressão do trânsito e a procura, não foram comparáveis com o verificado em 2022, o que explicou a forte redução dos indicadores em causa, naqueles dois anos.

A redução observada em 2022, face a 2019, é explicada pelas medidas tomadas e ações efetuadas, em consequência da implementação e respetiva certificação pela Norma NP ISO 39001:2017, do “Sistema de Gestão de Segurança Rodoviária”, SGSR, da CARRIS.

A CARRIS aprovou, ainda em 2021, um plano estratégico, “Estratégia Segurança Rodoviária CARRIS Zero-30”, o qual, em paralelo com o processo de melhoria contínua imposto pela certificação referida, irão conduzir a políticas, bem como a adoção de medidas, conducentes à persecução dos objetivos predefinidos para os próximos 10 anos relativos à segurança rodoviária.

Em resultado das políticas e medidas implementadas, a CARRIS apresenta uma Taxa de Acidentes global menor, quando se compara com as obtidas por outras empresas congéneres europeias.

A CARRIS investe permanentemente na formação e na sensibilização dos seus tripulantes. Nesse sentido, o cumprimento dos Planos Anuais de Formação, bem como a concretização de ações de sensibilização nas próprias estações, ministradas pelo pessoal de enquadramento (Inspetores de Tráfego), têm sido fundamentais para a melhoria dos valores dos indicadores associados à acidentalidade.

No domínio da formação, os novos tripulantes, admitidos a partir de 2022, são já sujeitos a um módulo dedicado a temas de Segurança Rodoviária. De referir, que a introdução desta temática na formação inicial de tripulantes, corresponde a uma das medidas previstas no documento estratégico acima referido.

De forma a incentivar um melhor desempenho por parte dos Tripulantes encontra-se, desde 2017, restabelecido o pagamento do prémio de condução defensiva, atribuído em função do número de horas de condução sem acidentes, promovendo um reconhecimento aos Tripulantes que no exercício das suas funções contribuem para a redução da taxa de acidentes.

Adicionalmente, no âmbito da prevenção de acidentes, a CARRIS possui uma Comissão de Inquérito a Acidentes Graves (CIAG), acionada sempre que ocorra algum acidente grave, que pela sua severidade, impacto e gravidade, implique uma análise mais pormenorizada das respetivas causas, bem como a proposta de eventuais recomendações, com vista à mitigação do risco em situações similares futuras. Em 2022, a CIAG foi acionada para proceder à averiguação de 6 acidentes, considerados graves, tendo culminado na apresentação de um conjunto de recomendações de melhoria, com vista à redução do risco rodoviário.

Ao longo do ano de 2022 continuaram a ser realizadas ações de formação contínua de Tripulantes, no âmbito do CAM – Certificado de Aptidão para Motorista - e ações de reciclagem em “Técnicas de Condução e Prevenção de Acidentes”, envolvendo os Tripulantes com maior número de acidentes, assim como os que se encontraram em situação de ausência por doença por mais de seis meses, ou que tiveram de conduzir outras marcas/modelos de autocarros, designadamente, nos casos de mudança de estação e igualmente devido à receção de nova frota, dando especial enfoque aos princípios de condução defensiva, cómoda e segura.



4.2.4. Taxa de Cumprimento de Serviço

A Taxa de Cumprimento de Serviço regista resultados inferiores aos de 2021, ainda que acima do objetivo traçado para o ano (98%) e superior ao mínimo admissível no Contrato de Concessão celebrado com a CML.

Tabela 8 – Taxa de Cumprimento

	2021	2022	Var
Taxa de cumprimento (VeicXkm)	99,74	98,68	-1,1 p.p.
Taxa de cumprimento (VeicXhr)	99,66	99,42	-0,2 p.p.

4.3. Atividade Comercial

4.3.1. Atividade desenvolvida

Em 2022, a CARRIS completou 150 anos ao serviço de Lisboa. Foi, assim, um ano para celebrar a sua presença na cidade, com diversas ações comemorativas, evidenciando o papel de Empresa e dos seus trabalhadores na prestação de um serviço de excelência e na satisfação das necessidades dos Clientes CARRIS.

O ano 2022 também foi marcado pela implementação da gratuidade dos passes para pessoas com mais de 65 anos e estudantes com menos de 23 anos, com domicílio fiscal em Lisboa. A CARRIS, não só divulgou esta medida, como promoveu na sua rede de vendas espaços dedicados para a adesão a estes novos perfis, de forma a dar resposta ao aumento de procura gerado pela medida. A possibilidade de carregamento destes novos títulos foi ainda alargada à rede de agentes Payshop, possibilitando assim aumentar com rapidez a abrangência de serviço de carregamento destes títulos.

O projeto-piloto de mobilidade escolar, o Amarelo, teve o seu arranque também neste ano, promovendo a utilização dos transportes públicos nas deslocações para a escola, no sentido de criar hábitos mais sustentáveis nas novas gerações.

Foram implementadas e divulgadas duas novas Carreiras de Bairro, 65B e 49B, assegurados os permanentes ajustes e melhorias na oferta e os diversos serviços dedicados a festivais, maratonas e outros eventos na cidade.

4.3.2. Procura

Ao longo de 2022, a CARRIS continuou a recuperar passageiros, registando-se mais cerca de 36 milhões de passageiros transportados com título válido, o que significa um aumento na procura de 39,2% face a 2021. Comparativamente a 2019, último ano pré-pandemia, a procura correspondeu a 91%.

Os passes foram os títulos de transporte mais utilizados com um crescimento de 34,6% face ao ano anterior. Refletindo uma retoma significativa no setor do turismo, os passageiros de títulos ocasionais registaram um aumento de 74,3% face ao ano transato.



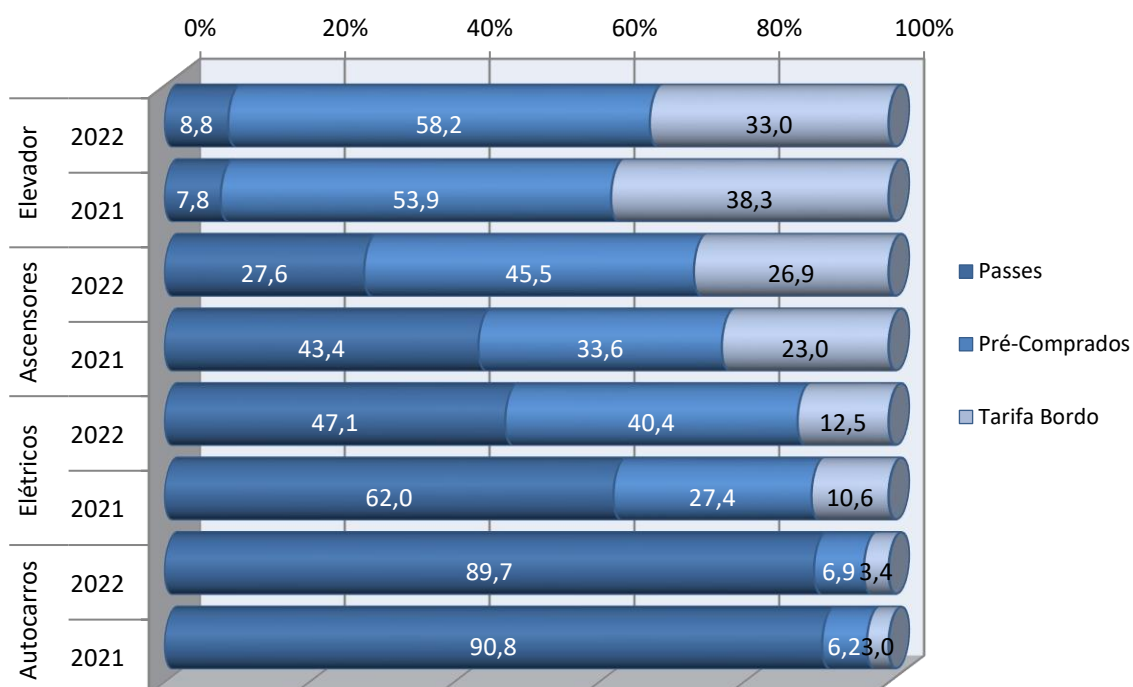
Tabela 9 – Passageiros – Validações

		(milhares de passageiros)		
Passageiros - Validações	2021	2022	Var (%)	
Títulos ocasionais	10 430	18 180	74,3	
Passes	80 777	108 739	34,6	
Total Passageiros transportados com Título Válido	91 207	126 919	39,2	

A utilização de títulos de transporte mensais (passes) representou 86% das validações. Em termos de distribuição da procura, o segmento de passes continua a ter maior expressão no modo autocarro, sendo os títulos ocasionais os que têm maior peso no modo elétrico.

Os utilizadores de tarifa de bordo têm maior representatividade nos ascensores e elevador de Santa Justa.

Gráfico 1 – Estrutura da Procura/Modo¹



¹ Considerados, também, os passageiros com título gratuito

4.3.3. Receitas Tarifárias

No âmbito do sistema tarifário com redução de preços, o Regulamento nº 278-A/2019, de 27 de março, veio definir as regras gerais, nomeadamente de atribuição da compensação financeira no âmbito dos títulos de transporte visados pelo Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART). Manteve-se em vigor o Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, que estabelece a definição de procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19.

Neste contexto, as receitas dos passes resultam das vendas da rede de cada operador acrescidas da quota parte das vendas dos canais Otlis/TML, das compensações de tarifas reduzidas (4-18/sub23, social+, Antigo Combatente e Gratuitidade Lisboa) e da compensação PART (parcela fixa).

Em 2022, a receita tarifária da CARRIS com compensação, apresentou um acréscimo de 31,9%, em relação ao ano anterior, resultado das vendas de títulos ocasionais, que este ano registaram um crescimento expressivo, e das vendas de passes.

As compensações resultam da prática das modalidades de estudante 4_18, Sub23, Social+, Antigo Combatente e Gratuitidade Lisboa, em que a CARRIS foi ressarcida de 4,25 milhões de euros, e da compensação do PART, cujo montante da parcela fixa totaliza cerca de 29,15 milhões de euros, estando a aguardar regularização do fecho do ano.

Tabela 10 – Receita (sem IVA) por Título de Transporte

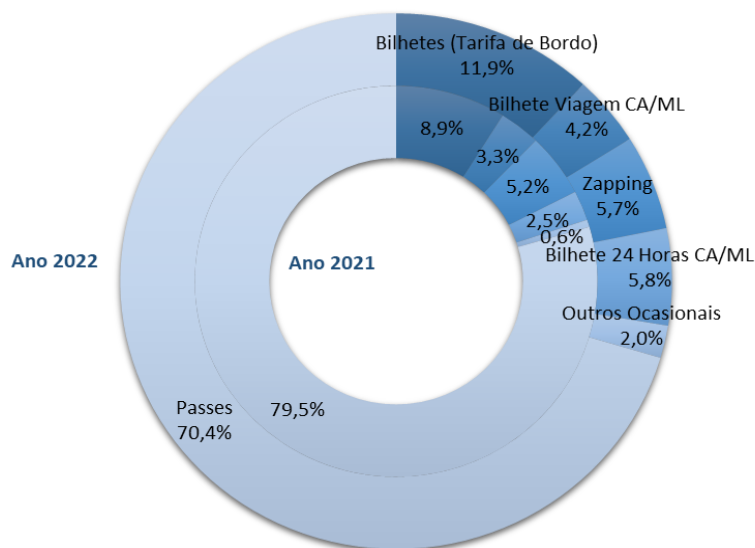
		(milhares de €)		
Títulos de transporte		2021	2022	Var (%)
Receitas (sem IVA)	Títulos ocasionais	16 236	30 922	90,5
	Passes	29 925	40 105	34,0
	Total das receitas	46 160	71 027	53,9
	Comparticipações 4-18 / sub23 / social + / AC / GLx / PART	32 986	33 402	1,3
	Total das receitas com participações	79 146	104 429	31,9

A receita associada aos diferentes títulos ocasionais representa 30% da receita tarifária auferida em 2022, no montante de cerca de 31 milhões de euros, mais 14,7 milhões de euros, face a 2021.

O gráfico seguinte ilustra o peso da receita tarifária da CARRIS por título, incluindo as participações tarifárias, sendo a maior parte 70,4%, proveniente das vendas de passes e 11,9% da venda de tarifa a bordo nos veículos.



Gráfico 2 – Receitas Acumuladas 2022



4.3.4. Receita não Tarifária

A CARRIS realiza ainda um conjunto de receitas consideradas como complementares, por não serem provenientes da sua atividade principal de transporte público. Estas receitas são provenientes, nomeadamente, de alugueres de veículos para eventos e filmagens, de elétricos de turismo, de aluguer de espaços, de receitas publicitárias, de vendas diversas (do museu, de resíduos e refugos e ainda de cartões para títulos de transporte). Em 2022, estas vendas totalizaram cerca de 2,417 milhões de euros.

Em 2022 verificou-se um aumento desta receita complementar, decorrente da retoma global da atividade económica.

4.3.5. Combate à Fraude

A fraude nos transportes públicos tem-se apresentado como um fenómeno transversal, que abrange todas as idades, géneros e meios sociais, sendo particularmente complexo em sistemas, denominados abertos, como o que é operacionalizado pela CARRIS.

Durante o ano de 2022, manteve-se o apoio interventivo da Polícia Municipal, no acompanhamento às equipas de fiscalização, nomeadamente nas zonas consideradas *a priori* mais problemáticas, nos termos estabelecidos, ou seja, apoio diário às equipas (4 equipas/dia útil).

Para o exercício da atividade de fiscalização de títulos de transporte, foram efetuados ajustamentos, em que o apoio diário da Polícia Municipal possibilitou um melhor planeamento e maior visibilidade das

equipas de fiscalização, com realização de ações localizadas em pontos previamente definidos (paragens).

Este tipo de ações com menor durabilidade, conferiu maior mobilidade às equipas, permitindo potencializar os meios disponíveis, donde se obtiveram excelentes resultados, tendo em conta a situação vivida. Este mesmo apoio manteve o efeito de uma redução substancial na verificação de acidentes de trabalho resultante de agressões, já identificado, também no ano anterior.

Durante o ano de 2022 foram fiscalizados cerca de 3,02 milhões de passageiros, correspondendo a um acréscimo de mais de 22,43%, face ao período homólogo.

Concomitantemente, também se verificou um acréscimo de 2,94% nas contraordenações, objeto de autuação, correspondendo a mais de 29.000 Autos de Notícia.

A taxa de coimas pagas voluntariamente na CARRIS aumentou de 10,65% no ano de 2021 para 14,50% no ano de 2022.

Importa, ainda salientar que a competência para a instauração e instrução dos processos de contraordenação, relativos ao tipo de infrações, bem como a decisão de aplicação das respetivas coimas, não se encontra atribuída aos operadores de transporte, mas, e nos termos da Lei nº 28/2006 de 4 de julho, com a redação dada pela Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro e republicada pelo Decreto-Lei 117/2017, de 12 de setembro, à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

No decurso do ano de 2022 continuou-se a submissão do processo de comunicação e envio dos Autos de Notícia, via IMT, I.P., através de plataforma informática (WebService), à entidade responsável pela cobrança (AT).

Na prossecução do objetivo de modernização tecnológica da CARRIS, no ano de 2022 deu-se continuidade à implementação e consolidação da desmaterialização do Auto de Notícia, ou seja, emitindo-se o mesmo de forma eletrónica em detrimento do suporte papel, bem como à implementação de processo eletrónico de liquidação presencial de coimas, junto do Agente de Fiscalização, via MBWay.

4.3.6. Feedback do cliente

Promover um serviço focado no cliente é um dos pilares estratégicos da Empresa. Nesse sentido, é realizado anualmente o Inquérito de Satisfação de Cliente (ISC) com vista a identificar a perceção global adquirida pelos clientes, do serviço prestado.

O ISC resulta da média ponderada dos seguintes critérios de qualidade: 1 - Oferta de Serviço; 2 - Acessibilidade; 3 - Informação; 4 - Tempo; 5 - Apoio ao Cliente; 6 - Conforto e 7 - Segurança Pública /Pessoal.

Em 2022 a CARRIS contou com um índice de satisfação de cliente (ISC) de 7,87 pontos (numa escala de 1 a 10), representando uma ligeira diminuição, 0,12 em relação ao ano anterior.

Ainda que, de uma forma geral, a avaliação da satisfação dos clientes seja ligeiramente inferior à registada em 2021, com um decréscimo em praticamente todos os Critérios de Qualidade, importa referir,



que quando comparado com o período pré pandémico, o resultado atual é bastante mais positivo (6,86 vs 7,87).

A esmagadora maioria dos clientes CARRIS obtém um Índice de Satisfação de 7- 8- 9 ou 10 (93%). No extremo oposto, não chega a 1% a proporção de Clientes Insatisfeitos, ou seja, com Índices de Satisfação de 0- 1- 2 ou 3. A acessibilidade continua a ser o critério com maior destaque positivo.

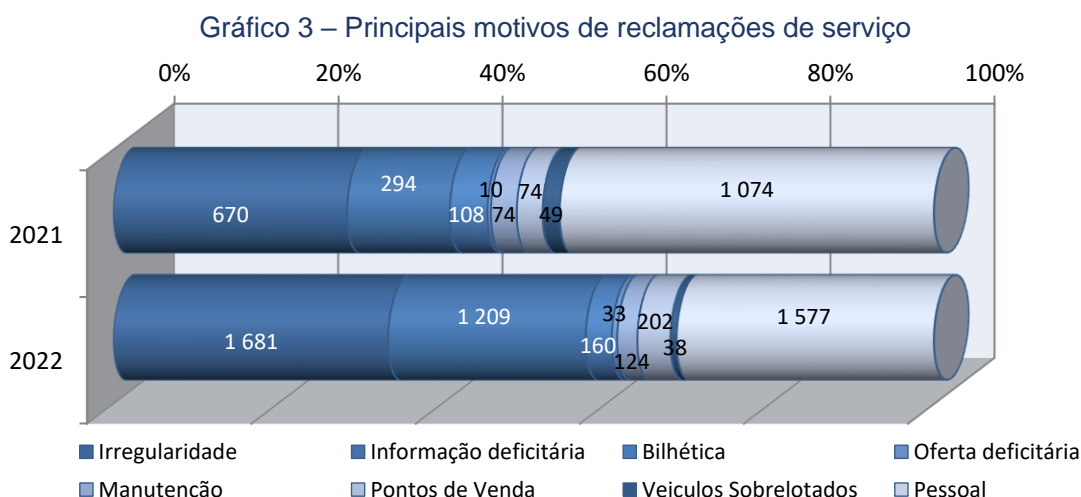
Face aos resultados apresentados, é expressiva a satisfação dos clientes que reconhecem o esforço diário da CARRIS em prol da mobilidade, com qualidade, na cidade de Lisboa.

Relativamente às comunicações do cliente, em 2022 foram recebidas 16.713, representando um acréscimo de 87% face a 2021 (comparando com o último ano pré pandemia, contámos com um acréscimo de 56%; no que se refere, a reclamações, registamos um decréscimo de 17,5%), distribuídas pelas seguintes tipologias:

Tabela 11 – Tipologia de processos | Comunicações do cliente

	2021	2022	Var (%)
Reclamações	2 482	5 129	106,6
Pedidos e Sugestões	6 264	11 338	81,0
Elogio a Pessoal e Serviço	176	246	39,8
TOTAL	8 922	16 713	87,3

Relativamente às reclamações de serviço, os principais motivos apresentam-se no gráfico seguinte:



O sistema de atendimento/reclamações da CARRIS está estruturado de forma a ser também uma fonte de informação rápida e ágil, através da qual as reclamações, sugestões ou informações, são processadas e distribuídas pelas respetivas áreas, permitindo, assim, intervenção em tempo útil na



melhoria contínua de cada serviço e promovendo um aumento global da eficácia com que é prestado o serviço aos clientes.

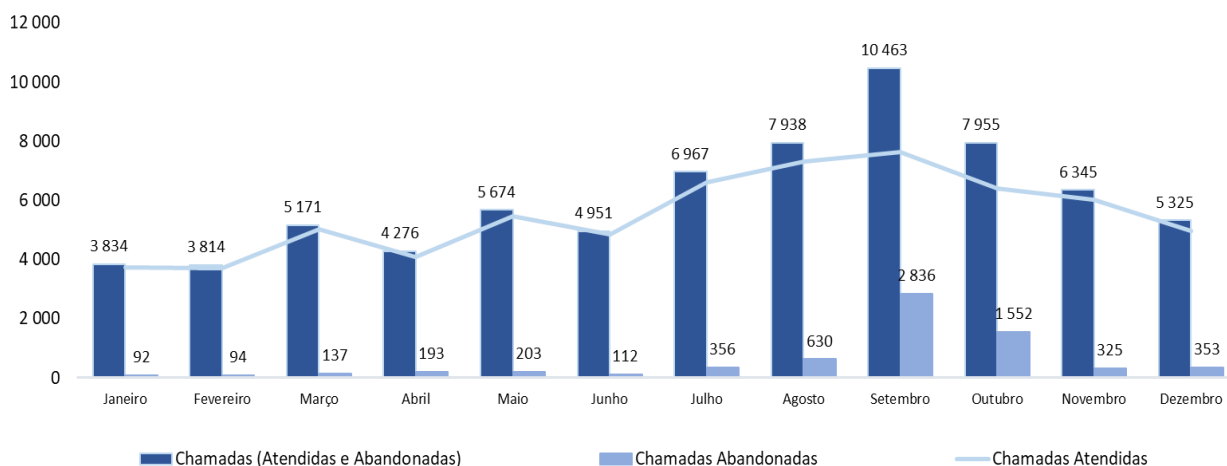
No que respeita ao tempo médio de resposta a clientes, em 2022, foi atingida a média de 1,37 dias úteis, o que é demonstrativo das melhorias introduzidas no processo de resposta e da maior articulação da equipa de gestão de reclamações com todas as áreas da empresa.

Atendimento Telefónico | Call center

No que se refere ao centro de atendimento CARRIS, o ano de 2022, foi um ano igualmente desafiante. Este serviço está disponível, nos dias úteis das 8h às 20h dando apoio aos clientes CARRIS em diferentes vertentes e temáticas, fornecendo informação útil, precisa e clara sobre o serviço prestado pela CARRIS.

A CARRIS contou, este ano, com 72.713 chamadas e cerca de 9% de chamadas abandonadas, representando um aumento de 37% de chamadas em relação ao ano passado, com um tempo médio de espera inferior a 1 minuto.

Gráfico 4 – Chamadas



4.3.7. Rede de Vendas

A 31 de dezembro de 2022, a rede de vendas da CARRIS era composta da seguinte forma:



Tabela 12 – Composição da Rede de Vendas

	2021	2022
Lojas CARRIS	3	3
Quiosques CARRIS	4	4
Concessionários CARRIS	43	15
Agentes Payshop	298	369
TOTAL	348	391

O ano de 2022 foi definitivamente um ano de viragem, com a implementação definitiva do novo modelo de gestão da rede de vendas através da entrega a um prestador de serviços externo, especializado, que tem no seu core esta atividade de gestão de vendas numa rede única e de distribuição capilar na cidade. Deste modo, a CARRIS conseguiu uma rede de vendas que é gerida de forma mais eficaz, com maior abrangência no mercado, simplificação de processos, libertação de recursos humanos associados ao processo e uma substancial redução de custos.

A rede de agentes Payshop, como resultado desta nova aposta ao nível da gestão apresenta um crescimento no seu volume de atividade na ordem dos 32%, em relação a 2021. Este modelo permite à CARRIS ter um maior foco nas atividades de pré e pós-venda, na angariação e retenção de clientes, nos momentos em que a marca vai de facto representar a diferença e trazer mais-valia ao processo.

O ano de 2022, além de ter sido focado nesta mudança de abordagem, foi marcado pelo lançamento da medida da gratuidade pela Câmara Municipal de Lisboa, que permitiu que munícipes com domicílio fiscal no concelho de Lisboa, com idade igual ou superior a 65 anos e estudantes com idade entre os 13 e os 23 anos, pudessem, depois de uma adesão ao modelo, viajar livremente e sem custos nos operadores de transporte de Lisboa.

A procura adicional expectável com a introdução desta medida, criou a necessidade de alargar a capacidade de atendimento ao cliente para adesão a este novo sistema, motivo pelo qual foram criadas duas lojas temporárias, em regime de complementaridade às lojas de Santo Amaro e Arco do Cego, a realizar em exclusivo a adesão ao regime da gratuidade. Estas duas lojas funcionaram no período de 1 de agosto a 15 de novembro, coincidente com os períodos de adesão a cada uma das duas modalidades criadas e, atenderam, um total de 42 989 clientes.

Relativamente ao carregamento, além de estar disponível desde o primeiro momento na rede própria da CARRIS, foi alargado à rede Payshop, a 26 de outubro, o que significou um acréscimo de disponibilidade em mais de 300 locais, situados em Lisboa e zonas limítrofes.

Ao nível da rede de vendas própria da CARRIS importa realçar que no ano de 2022:

- Foram atendidos um total de 265 103 clientes distribuídos da seguinte forma: 114 867 clientes na Loja do Arco Cego, 86 117 clientes na Loja de Santo Amaro, 21 130 clientes na Loja de Cidadão do Saldanha e 42 989 clientes nas lojas provisórias de adesão à gratuidade;
- A implementação da medida da gratuidade veio impulsionar a retoma pós pandemia na adesão ao sistema de transporte público tendo motivado a duplicação do número de atendimentos face a

2020 e um crescimento de cerca de 20% face aos atendimentos realizados em 2019 nas lojas próprias CARRIS.

- Com efeito, destaca-se que:
 - ✓ Foram produzidos 88 794 cartões navegante personalizados, incluindo pedidos em prazo normal (10 dias úteis), urgentes (24 horas) e 15 minutos, na rede de Lojas e Quiosques da CARRIS. Isto representa um aumento de 219% em relação ao total de cartões produzidos em 2021, em muito motivado pela implementação da medida da gratuidade;
 - ✓ Foram criadas duas lojas para apoio ao acréscimo de procura de clientes, resultantes da aplicação das medidas da gratuidade, no Arco Cego e em Santo Amaro, em espaços próximos das Lojas atuais de forma a beneficiar de economias de escala de proximidade, conforme descrito acima;
 - ✓ Foram realizadas obras de recuperação e remodelação nos Quiosques do Campo Pequeno e Colégio Militar e iniciada a obra de recuperação e remodelação do Quiosque do Cais Sodré. Estas obras visam adaptar os quiosques e o espaço dos mesmos às novas necessidades da atividade de venda.
 - ✓ A referir ainda, como alternativas adicionais à rede de vendas da CARRIS, outros canais partilhados por todos os operadores de transporte da Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente o Portal VIVA, rede SaltPay (TML) e Multibanco (máquinas ATM's).

4.4. Segurança de Exploração (*Safety*)

A CARRIS manteve o foco na Segurança de Exploração, em particular, na sua componente rodoviária, iniciando a implementação do plano “Estratégia de Segurança Rodoviária Zero-30”, continuando a desenvolver o seu Sistema de Gestão de Segurança Rodoviária, SGSR, criando as condições para a melhoria contínua dos indicadores de sinistralidade, bem como a redução dos respetivos impactos, seja ao nível das consequências humanas e materiais, seja ao nível da qualidade do serviço público prestado.

Foi, durante o período em apreço, mantido e reforçado o acompanhamento das ocorrências de exploração no âmbito do vandalismo e segurança (*Security*), mantendo a articulação com as forças de segurança, em particular com a PSP, nos casos em que tais ocorrências pudessem contribuir para o aumento do risco de acidente, com o objetivo de tornar o transporte público, por si produzido, mais seguro para os clientes, tripulantes e material circulante.

A CARRIS manteve a atividade, já em prática, de elaboração do Plano Anual de Segurança de Exploração, com particular ênfase na temática da segurança rodoviária.

A análise e tratamento de dados das ocorrências, de acidentes e de incidentes, na CARRIS, averiguando as respetivas causas e circunstâncias e propondo medidas mitigadoras dos impactos negativos dos mesmos, é outra das missões de extrema importância, que se mantêm em curso.

Decorrente da estratégia da empresa de aumentar a segurança de exploração, são realizadas visitas técnicas a veículos de serviço público, no âmbito da segurança de exploração, em ambos os modos,



podendo ser realizadas em serviço (contexto real de exploração), ou em parque (nas estações). Nas visitas técnicas em serviço, para além das condições técnicas do veículo, são observados aspetos relacionados com o perfil do percurso e do comportamento/atitude do tripulante, que possam elevar o risco de acidente, ou de incidente, incluindo os riscos relacionados com a vertente de “security”. No caso de visitas técnicas a viaturas em parque, observa-se apenas o estado de conservação do material circulante. Os resultados destas visitas técnicas são comunicados, caso a caso, às áreas da empresa que têm a responsabilidade de agir sobre os aspetos negativos detetados, designadamente ao nível das áreas da manutenção e da operação. De referir que este tipo de visitas técnicas, têm como objetivo anual, a verificação de todos os veículos, que constituem a frota de serviço público, correspondendo a uma das medidas incluídas no plano de segurança da empresa.

Durante 2022 foram realizadas 1.080 visitas técnicas, envolvendo 772 viaturas (em 420 casos ocorreu uma visita de seguimento, embora com espaçamento temporal adequado, ou seja, superior a 6 meses). Estas visitas foram efetuadas a veículos de serviço público, quer estacionados em parques (estações), quer em serviço (em carreira). Em 2022, ainda decorrente da situação pandémica, foi dada primazia às visitas em parque, por razões sanitárias, tendo sido prejudicada a avaliação do estilo de condução e das condições de circulação do canal rodoviário. Ao longo do ano, foram visitadas 121 viaturas em serviço (96 autocarros e 25 elétricos), tendo as restantes sido realizadas em parque.

4.5.Frota de Serviço Público

4.5.1. Situação Geral

No decorrer do ano de 2022, a CARRIS prosseguiu os processos de aquisição de veículos para a sua frota, num processo de renovação gradual iniciado em 2018.

No final de 2022, a CARRIS dispunha de 732 autocarros, repartidos pelas diversas tipologias, sendo 61 Mini, 57 Médios, 525 Standard e 89 Articulados, utilizando diversas alternativas energéticas, de forma a criar resiliência num contexto de instabilidade do mercado energético, e permitindo oferecer ao cliente uma frota com maior conforto, mais fiável, e com menos impacto ambiental para a cidade.

Tabela 13 – Frota de Serviço Público

Ano	31.12.2021	31.12.2022
Autocarros	745	732
Standard	521	510
Standard Elétricos	15	15
Minis	62	61
Médios	57	57
Articulados	90	89
Elétricos	48	48
Remodelados	38	38
Articulados	10	10
Ascensores + Elevador	8	8
Total	801	788

NOTA: Não estão consideradas as 5 viaturas alocadas ao serviço especial de transporte de Passageiros com Mobilidade Reduzida

No sentido de incrementar a eficiência energética nos transportes urbanos públicos no País, foram lançados Avisos do Portugal 2020 pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), aos quais a CARRIS se candidatou com objetivo de ver cofinanciado o seu investimento em nova frota, com melhor desempenho ambiental. Ao todo foram aprovadas três candidaturas. Assim, a CARRIS beneficiou de um apoio na aquisição de um conjunto de 195 autocarros (dos quais 180 movidos a GNC e 15 elétricos), estando em curso a aquisição de mais 10 autocarros elétricos ao abrigo deste apoio. Em paralelo, a CARRIS candidatou-se ao Apoio à aquisição de veículos limpos para o transporte coletivo de passageiros, como resposta ao objetivo da Descarbonização dos Transportes Públicos, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que permitirá adquirir de forma cofinanciada um conjunto de 20 autocarros standard elétricos e 14 minis elétricos, no decorrer do ano de 2023.

Decorrente do esforço de investimento que a empresa tem vindo a realizar, a idade média da frota de autocarros tem vindo a diminuir progressivamente, situando-se, no final de 2022, nos 10,3 anos.

Nos últimos 5 anos foram recebidos e colocados em serviço público 322 novos autocarros, correspondendo a um total de 195 standard a GNC (44 dos quais entraram ao serviço em 2022), 40 articulados a GNC, 37 médios a diesel, 33 Mini a diesel, 15 autocarros 100% elétricos e 2 veículos para o serviço especial para passageiros com mobilidade reduzida, permitindo oferecer ao cliente uma frota cada vez mais sofisticada e com menos impacto ambiental para a cidade.

Foram também lançados novos concursos, estando em fase de produção um conjunto de 24 autocarros articulados a GNC e 30 autocarros standard elétricos, que se preveem que entrem em operação em 2023. Adicionalmente, será promovida a aquisição de novos autocarros mini elétricos, por forma a alargar esta tipologia de frota, usada principalmente nas carreiras de bairro ou em percursos cujas características da rede viária urbana não permitem a utilização de autocarros de dimensão superior.

No que respeita à frota de elétricos, não se verificaram até à data alterações, estando prevista a entrada de novas viaturas – 15 novos elétricos articulados de grande capacidade - a partir do 2º semestre de 2023 para complementar a frota, de forma a prosseguir a expansão da rede de elétricos, no âmbito de processo de aquisição já em curso.

4.5.2. Manutenção da Frota de Autocarros

Em 2022 foram concluídas 26 grandes reparações de carroçarias de autocarros, tendo sido revisto o plano plurianual de grandes reparações de autocarros, com reflexo nos próximos anos, em que se prevê a continuação da renovação da frota de autocarros.

Apesar do esforço levado a cabo no sentido de renovar a frota, no final de 2022 estavam ainda ao serviço 285 autocarros com mais de 16 anos, o que se reflete nos custos de manutenção dos veículos existentes.

Tabela 14 – Custos de Manutenção da Frota de Autocarros

	2021	2022	Var.	
			Abs.	%
Custo de Manutenção do Modo Autocarro (€)	15 657 535	16 085 562	428 027	2,73

4.5.3. Frota de Carros Elétricos

A CARRIS prosseguiu, em 2022, o plano de reparações comerciais dos carros elétricos tendo sido reparados 8 elétricos remodelados e 1 elétrico articulado. Foi ainda efetuada a reparação geral do ascensor da Glória.

Tabela 15 – Custos de Manutenção do Modo Elétrico

	2021	2022	Var.	
			Abs.	%
Custo de Manutenção da Frota de Elétricos/Ascensores/Elevador(€)	3 307 544	3 019 404	-288 140	-8,71
Custo de Manutenção das Infraestruturas do Modo Elétrico(€)	1 827 310	1 761 540	-65 770	-3,60

4.6. Infraestruturas de Tração Elétrica

4.6.1. Colaboração com Entidades Externas

Foram elaborados, em colaboração com a CML, projetos de execução e planos de viabilidade para vários arruamentos, nomeadamente Largo do Martim Moniz, Rua da Palma, Av. Almirante Reis, Rua Angelina Vidal e Calçada da Estrela.



Foram também elaborados estudos, em colaboração com o Metro de Lisboa, para concretização das alterações na Av. Infante D Henrique decorrentes das obras de expansão da rede do Metro.

4.6.2. Energia e Rede aérea

Durante o ano de 2022 foram substituídos 1.295 m de fio de contacto, no âmbito da renovação da infraestrutura da rede aérea. Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da rede aérea, cujo valor atingiu cerca de 100%.

4.6.3. Via-férrea

Durante o ano de 2022, para além dos trabalhos desenvolvidos em colaboração com entidades externas, no âmbito das obras da CML, foram executadas regularmente as ações de manutenção da via, com limpeza dos carris e lavagem/lubrificação de todos os aparelhos de via, garantindo assim as condições de segurança para circulação dos elétricos.

No que se refere à conservação da via-férrea e seus aparelhos, foram efetuadas as seguintes intervenções, entre outras:

- Renovação de linha – 92,38 m
- Limpeza de agulhas – 5.332 un
- Lubrificação de agulhas – 14.267 un
- Afinação de agulhas – 1.135 un
- Reparação de agulhas – 73 un
- Limpeza de sumidouros e caixas de visita – 714 un
- Limpeza de canal do carril – 742,72 km
- Reparação de juntas de carril (calos) – 451 un
- Reperfilagem de carril com soldadura/limagem – 149,10 m

Estas ações contribuíram para a manutenção das condições de operacionalidade e de segurança e para o prolongamento da vida útil dos equipamentos desta infraestrutura.

Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da via-férrea, cujo valor atingiu cerca de 100%.

4.7. Museu da CARRIS

O Museu da CARRIS, inaugurado a 12 de janeiro de 1999, visa preservar o valioso acervo da Empresa e divulgar o seu papel, integrante e imprescindível, no desenvolvimento da cidade de Lisboa. Tem vindo, cada vez mais, a marcar presença no panorama museológico nacional, e em especial municipal, nomeadamente desde que a CARRIS integra o universo das entidades locais, através de uma viagem

emocionante no tempo, contando histórias do quotidiano de um povo que ficam retidas na memória da cidade e dos veículos da CARRIS.

Em janeiro de 2022, o Museu da CARRIS encerrou para obras de remodelação e melhoria do Núcleo 1. No contexto da substituição do espólio do Metropolitano de Lisboa, que ainda se encontrava exposto no Museu, encontrou-se o pretexto e a oportunidade para divulgar novas peças integradas no acervo do Museu, e reorganizar o percurso e os conteúdos expositivos, agora cronologicamente atualizados até janeiro de 2022. Investiu-se no restauro de peças e na mostra do arquivo fotográfico, e procurou-se, ainda, a criação de momentos mais interativos, com recurso aos meios digitais. Também no Núcleo 2, sobretudo na sala dedicada à antiga Tipografia, criaram-se novos apontamentos. Esta reestruturação introduziu novos layouts e sinaléticas, que facilitam a acessibilidade e melhoram a experiência da visita.

Foi também efetuada a realocização da loja e bilheteira do Museu que agora, com uma imagem mais contemporânea e com mais produtos disponíveis, partilham o mesmo espaço, logo à entrada da Estação. Também o Serviço Educativo, que mudou de morada para um espaço mais amplo e integrado com os veículos da coleção, disponibiliza agora dois espaços com boas condições para receber vários tipos de público.

O Núcleo 3 do Museu da CARRIS foi encerrado aguardando uma remodelação global da Estação de Santo Amaro e o restauro dos veículos que ocupavam este espaço.

Contado com mais recursos humanos e um programa forte, em abril de 2022, e no âmbito das Comemorações dos 150 anos da CARRIS, o Museu da CARRIS reabriu ao público e propõe-se, agora, no pós-pandemia e pós-remodelação, a voltar a alcançar os resultados de 2018/2019. Na reinauguração, promoveram-se ações de divulgação junto dos meios de comunicação e o seu crescimento em bilhética e número de visitantes, foi de 132%, em relação ao ano anterior.

O projeto Visita Virtual continuou e inclui, nesta fase, a visita ao Museu da CARRIS, já com a atualização do Núcleo 1, e um mapa 3D interativo onde se podem visitar os três ascensores da CARRIS e o Elevador de Santa Justa.

À semelhança dos anos anteriores a Visita Virtual Parte III foi lançada no Dia Internacional dos Museus, 18 de maio de 2022, data em que simultaneamente foi inaugurada a exposição temporária '*Da Pintura ao Digital, A publicidade nos transportes da CARRIS*'. Esta exposição contemplou a criação de um espaço temporário de exposição no Núcleo 2, com a parceria das empresas: TAP e COUTO, que viabilizaram o empréstimo de peças, tendo o Museu promovido a publicação de um catálogo.

Com um “novo” Museu surgiu a necessidade de repensar e melhorar algumas atividades e materiais didáticos e de reforçar a equipa de mediação cultural. Esta conjectura também se verificou uma oportunidade para promover junto da imprensa especializada, da comunidade escolar e das juntas de freguesia e famílias uma nova fase do Museu, que naturalmente ativou o seu crescimento. O Museu da CARRIS manteve como objetivo a conquista e a fidelização de públicos através de um contacto mais próximo e direto com as diversas entidades que recebe e que pretende receber no futuro. A CARRIS voltou a marcar presença na Feira de Serviços Educativos no Museu de Lisboa – Semana do Passaporte Escolar, organizada pela CML, levando um autocarro mini para a realização das atividades, explorando as possibilidades de um projeto que se pretende concretizar em 2023 – o Museu Fora de Portas.



O Museu da CARRIS manteve o compromisso com a solidariedade social, tendo recebido as associações: Associação Novamente, Rede Ativa, Centro Paroquial da Ramada, Crescer Centro Social São Boaventura, Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, no âmbito da Bolsa de Responsabilidade Social. Dada a parceria com a COUTO na exposição temporária recebeu ainda, gratuitamente, a Fundação Couto através do acolhimento de 70 crianças em atividades educativas.

Reforçou-se a posição do Museu da CARRIS como palco estratégico da Empresa no âmbito da representação institucional, para além da sua função e atividade natural, enquanto equipamento cultural do universo da Empresa, testemunho da sua riqueza e história, procurando, sempre que possível, promover visitas institucionais no âmbito de encontros, congressos, talks e conferências externas e internas.

Em setembro de 2022, a CARRIS celebrou 150 anos. Neste contexto, o Museu foi palco de eventos que fazem parte da esfera da Responsabilidade Corporativa e Institucional em que se inscreve. Mais uma vez, como um verdadeiro “cartão de visita” institucional, integrou o programa do “*Open Day*” da empresa, evento de lazer e *teambuilding* para os colaboradores, e foi o palco da partida para mais uma edição do “Desfile de Clássicos do Museu”, promovido gratuitamente para todos os seus participantes. O evento incluiu um momento musical da Banda da CARRIS e uma exposição de *mupis* sobre a história da CARRIS, na Praça da Figueira. Em Santo Amaro, no acolhimento, havia um painel fotográfico com figurantes vestidos à época convidando o público para um momento “*selfie*”. Também à frota de clássicos se juntaram três elétricos temáticos da CARRISTUR. Aproveitou-se este momento para o restauro exterior do autocarro de 2 pisos nº 301, protagonista de uma grande reportagem SIC sobre os 150 anos da CARRIS e o Desfile.

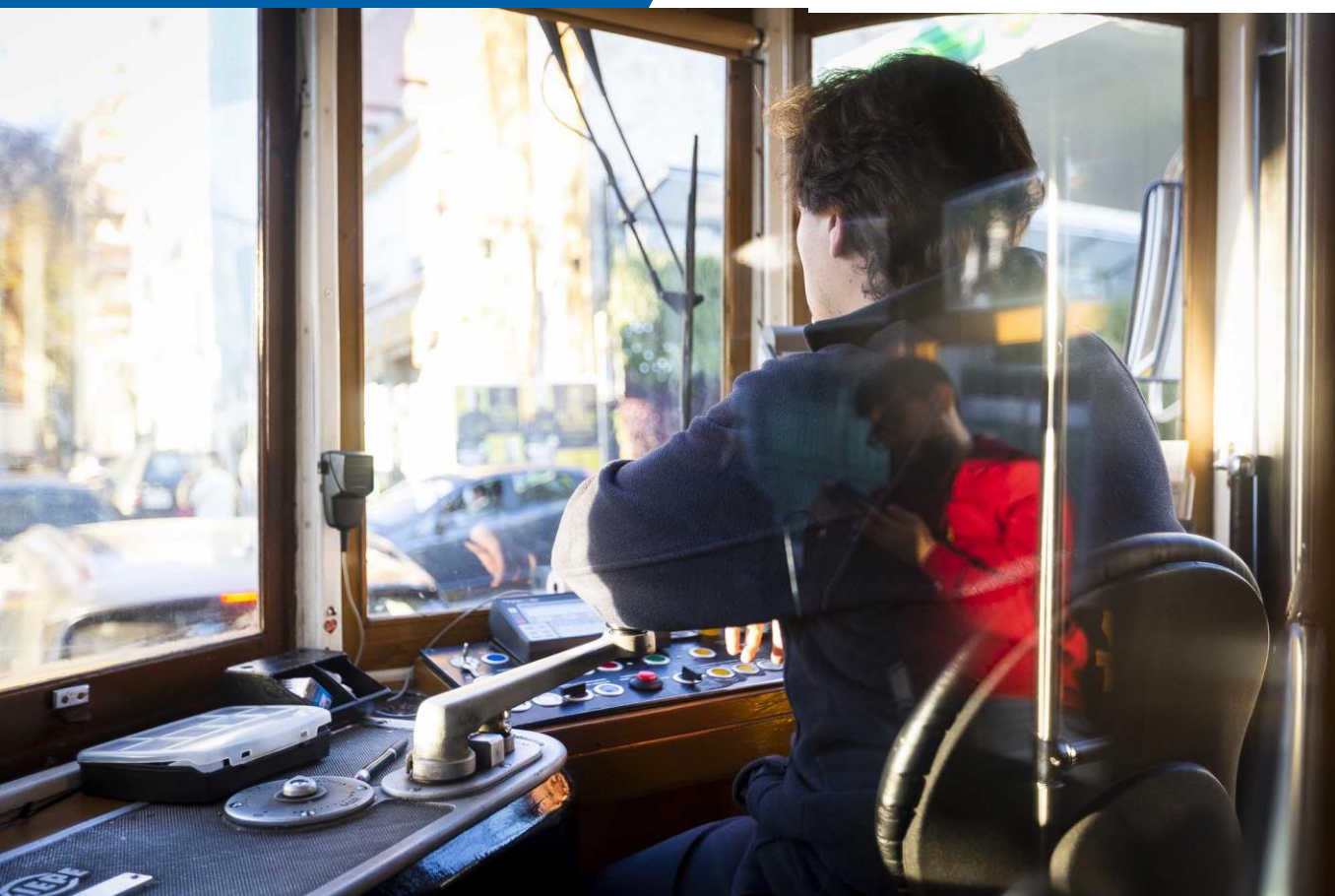
Ainda, no âmbito das comemorações dos 150 anos, o artista Bordalo II foi desafiado a intervir e apropriar-se de um elétrico histórico da coleção do Museu - o elétrico nº 525, representativo dos anos 20. *Lighted Crows* pode ser observado, atualmente, nas Amoreiras, e retornará ao Museu da Carris em 2024.

O Museu da CARRIS continuou ainda a apostar na programação do Serviço Educativo para os vários públicos – crianças, jovens, escolas, famílias, seniores e pessoas com necessidades específicas, procurando consciencializar o público para a existência da coleção e do património da CARRIS, bem como a sua importância na evolução da morfologia da cidade, do desenvolvimento tecnológico e sua história.

2022

Relatório e Contas

5. RECURSOS HUMANOS





5. RECURSOS HUMANOS

A gestão do Capital Humano CARRIS, assenta num modelo de gestão de competências, com foco no cliente, e tendo presente os pilares estratégicos da empresa, a par do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para cada ano.

Com a evolução positiva verificada ao nível da situação epidemiológica causada pelo SARS-CoV-2 – COVID-19, a CARRIS foi adaptando os processos internos às necessidades de cada momento. Tendo presente o enquadramento da atividade CARRIS, no setor dos serviços essenciais (Lei n.º 23/96, de 26 de julho - Lei dos Serviços Públicos e Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março) a Empresa ajustou os procedimentos necessários à garantia da manutenção da atividade.

A recuperação da atividade económica, a nível nacional, facilitou a realização dos processos de gestão do capital humano, com reflexo positivo na captação de novos trabalhadores, no desenvolvimento do plano de formação, na avaliação e gestão do desempenho, na gestão da mobilidade interna e no acompanhamento de trabalhadores em situação de baixa por doença. Em 2022, foram ainda, realizados 27 processos de reconversão profissional, de trabalhadores oriundos das categorias de tripulantes, que ficaram inaptos para o desempenho das funções de origem, em virtude de exame médico do serviço de medicina do trabalho.

No ano em análise, a CARRIS procedeu à contratação, para o seu quadro de efetivos, de 99 tripulantes (89 Motoristas de Serviço Público e 10 Guarda-Freios), bem como 10 técnicos superiores, 1 técnico administrativo e 5 oficinais. As contratações efetuadas permitiram à empresa garantir o cumprimento do Plano de Oferta, bem como a realização de todos os processos de suporte ao negócio.

A CARRIS dispõe de um Núcleo de Apoio Social que dá acompanhamento a trabalhadores, sinalizados pelas chefias, pela área clínica da empresa, através da psiquiatria, ou a pedido do próprio trabalhador. Este Núcleo dispõe de uma linha de apoio, 24h/dia, todo o ano, permitindo, assim, a implementação de ações que procuram dar resposta quer aos apoios solicitados, quer a situações de crise.

Em 2022, pese embora a “evolução positiva” verificada ao nível da pandemia, mantiveram-se os contactos telefónicos regulares, de forma contínua, em especial a trabalhadores enquadrados no âmbito do referido anteriormente, tendo mesmo o número de acompanhamentos aumentado face a 2021, resultado também da articulação contínua entre o Núcleo de Apoio Social e a Área Clínica CARRIS.

Tabela 16 – Apoio Psicossocial

Ano	2021	2022
Tripulantes	58	71
Agentes de Fiscalização	2	2
Outros trabalhadores	11	14
Total de acompanhamentos	71	87



No ano em análise, a CARRIS, procedeu à negociação coletiva para revisão dos Acordos de Empresa, celebrados com as Associações Sindicais - Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes (SITRA), Sindicato Nacional dos Motoristas e Outros (SNMOT), Associação Sindical dos Trabalhadores da CARRIS (ASPTC), com a Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações (FECTRANS) e o Sindicato dos Trabalhadores do Setor dos Serviços (SITESE), com alterações salariais e revisão de clausulado. Deste processo resultou acordo, com assinatura e publicação no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE), da revisão dos Acordos de Empresa (AE1) celebrados com o SITRA, ASPTC e SITESE.

Tal como no ano anterior, por ato de Gestão, o Conselho de Administração decidiu estender a todos os trabalhadores as matérias de expressão pecuniária acordadas com as organizações sindicais outorgantes das revisões do AE1 em 2022.

5.1.Evolução do Efetivo

Em 2022, ao nível do efetivo global registou-se uma diminuição de 1,37%, sendo que o efetivo ao serviço se manteve face ao ano anterior, em resultado de menor número de trabalhadores com ausências superiores a 30 dias.

O reforço de competências, ao nível dos técnicos superiores, teve continuidade com a admissão de 10 trabalhadores no ano em análise e a reclassificação de um trabalhador, em resultado de concurso interno.

Tabela 17 – Efetivo CARRIS a 31 de dezembro

Ano	2021	2022
Efetivo Global	2 627	2 591
Tripulantes	1 910	1 890
Quadros Superiores	147	150
Outros	570	551

5.2.Política Salarial

Em 2022, decorrente da negociação coletiva realizada, com a conseqüente revisão dos Acordos de Empresa, verificou-se a atualização dos índices salariais e do regime de progressões previstas no Regulamento de Carreiras Profissionais (RCP).

5.3.Formação

O desenvolvimento da atividade formativa, na CARRIS, tem como propósito promover programas formativos que permitam alavancar o desenvolvimento de competências e a qualificação do Capital

Humano, tendo presente os pilares estratégicos da organização. Esta ação concretiza-se em projetos de formação contínua, dirigida a trabalhadores CARRIS, e projetos de formação inicial, dirigida a candidatos à função de Tripulante – Motorista de Serviço Público (MSP) e Guarda Freio (GF).

Nos programas desenvolvidos em 2022, executou-se um volume de formação de 62.233 horas, distribuindo-se pelos seguintes projetos formativos:

- Formação Contínua (49%)

Volume de Formação realizado:

- Área Corporativa: 5.319 horas (18%)
- Área Operacional: 23.139 horas (76%)
- Área Ofical: 1.776 horas (6%)

- Formação Inicial (51%)

Volume de Formação realizado:

- Motorista de Serviço Público (MSP): 30.051 horas (94%)
- Guarda Freio (GF): 1.948 horas (6%)

Comparativamente com o ano anterior, 2022 apresenta um aumento global do volume de formação (+4%), com destaque aos projetos formativos de integração de novos trabalhadores.

Tabela 18 – Formação

Ano	2021	2022
Horas	57 731	62 232
Participantes	3 408	2 690
Custo (10 ³ euros)	280	346
Taxa de Formação (‰)	12,6	13,7

5.4. Indicadores de Prestação do Trabalho

5.4.1. Taxa de Absentismo

Em 2022, as ausências ao serviço, que compõem o absentismo, geraram um indicador global, semelhante ao de 2021, dado que a taxa registada sofreu um crescimento marginal de 0,2 p.p. face ao ano transato.



Tabela 19 – Absentismo em sentido lato

Ano	2021	2022
Horas	503 259	510 700
Taxa de Absentismo Global	11,0%	11,2%

As ausências por doença continuam a ser o principal fator a contribuir para o absentismo.

Tabela 20 – Absentismo detalhado

Ano	2021	2022
Doença	6,68%	6,56%
Acidentes de Trabalho	0,5%	0,7%
Faltas Injustificadas	0,1%	0,1%
Faltas Justificadas	3,7%	3,8%
Taxa de Absentismo Global	11,0%	11,2%

5.4.2. Trabalho Suplementar

A taxa de trabalho suplementar global em 2022, face ao ano anterior, registou um crescimento de 1,9 p.p., apresentando uma taxa de 5,1%, justificado essencialmente ao nível da operação, dado que se verificou um aumento do número de horas de trabalho suplementar efetuado pelo pessoal tripulante em 2,41 p.p..

Tabela 21 – Trabalho suplementar

Ano	2021	2022
Horas (10 ³)	133,7	218,0
Custo (10 ³ Euros)	1 409	2 749
Taxa de Trabalho Suplementar	3,2%	5,1%



5.4.3. Segurança e Saúde no Trabalho (SST)

No ano de 2022, e dando continuidade ao trabalho realizado nos últimos dois anos, parte das atividades desenvolvidas no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, tiveram como foco a prevenção do risco de contágio associado à pandemia por SARS-CoV-2.

A atuação da área da Segurança no Trabalho, neste âmbito, teve por base a regulamentação e as orientações das Autoridades Oficiais Competentes (Direção Geral de Saúde e Autoridade para as Condições de Trabalho), alinhando-se com as constantes e sucessivas alterações do quadro pandémico por COVID-19.

Nesse sentido, a estratégia de atuação foi sucessivamente atualizada e implementada, de acordo com as medidas de carácter excecional em vigor – estados de calamidade e de alerta – pelo que as correspondentes medidas impostas, foram progressivamente aliviadas, em função das especificidades e das exceções criadas para o Serviço de Transporte Público de Passageiros (serviço esse, considerado como essencial). Em estreita articulação com as várias áreas da empresa, foram delineadas as estratégias e medidas de prevenção para as diferentes tipologias de atividades desenvolvidas na CARRIS e os diversos locais de trabalho, tendo em consideração as funções desempenhadas.

A CARRIS, como estratégia de prevenção face ao SARS-Cov-2, renovou a verificação do Selo COVID SAFE, por mais 6 meses e manteve algumas práticas e regras de proteção, até final do ano de 2022, nomeadamente a formação aos tripulantes e a distribuição de equipamentos de proteção.

No âmbito do cumprimento do imperativo legal, foi elaborado e distribuído via email profissional e portal CARRIS, a todos os trabalhadores da organização, o “Inquérito de Consulta aos Trabalhadores em matéria de SST”. Os dados obtidos, após análise e tratamento estatístico, foram igualmente divulgados na empresa.

No ano em análise foram prestados mais de 40 pareceres técnicos sobre diversos temas, nomeadamente, sobre requisitos técnicos de SST (Saúde e Segurança no Trabalho) aplicáveis à pandemia por COVID-19, ao normativo interno, a cadernos de encargos referentes à aquisição e prestação de serviços, destacando-se os contributos relacionados com aspetos de Segurança no Trabalho e de ergonomia, a contemplar na conceção e aquisição dos novos carros elétricos articulados.

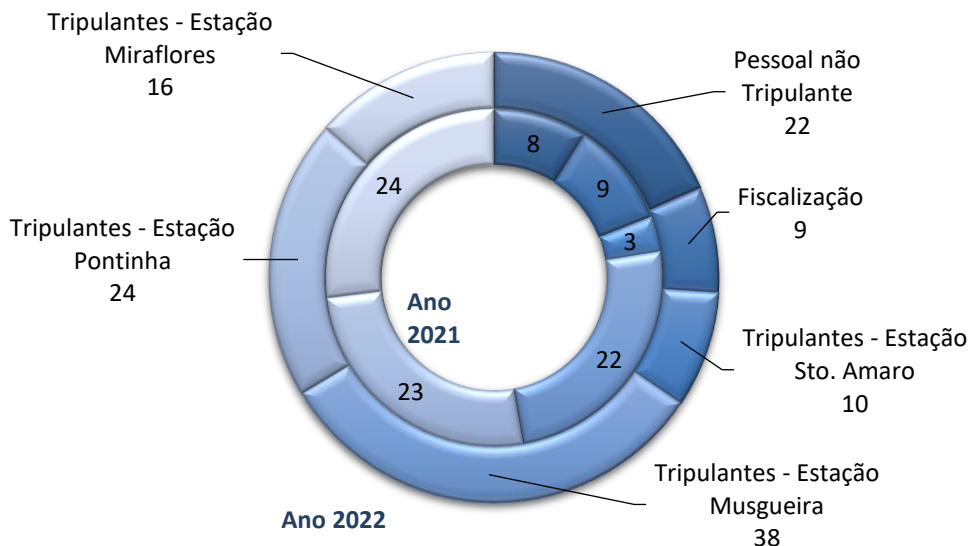
Em 2022, foi dada continuidade à prestação de apoio à participada Carrisbus, nas obrigações ao nível da Segurança e Saúde no Trabalho, designadamente na aplicação do “Inquérito de Consulta aos Trabalhadores em matéria de SST” e sinistralidade laboral.

5.4.4. Sinistralidade Laboral

No que respeita à sinistralidade laboral na CARRIS, ao longo de 2022, verificou-se um total de 119 acidentes de trabalho, envolvendo maioritariamente Tripulantes (88 acidentes de trabalho (74%)), espelhando a população dominante do universo de trabalhadores CARRIS.



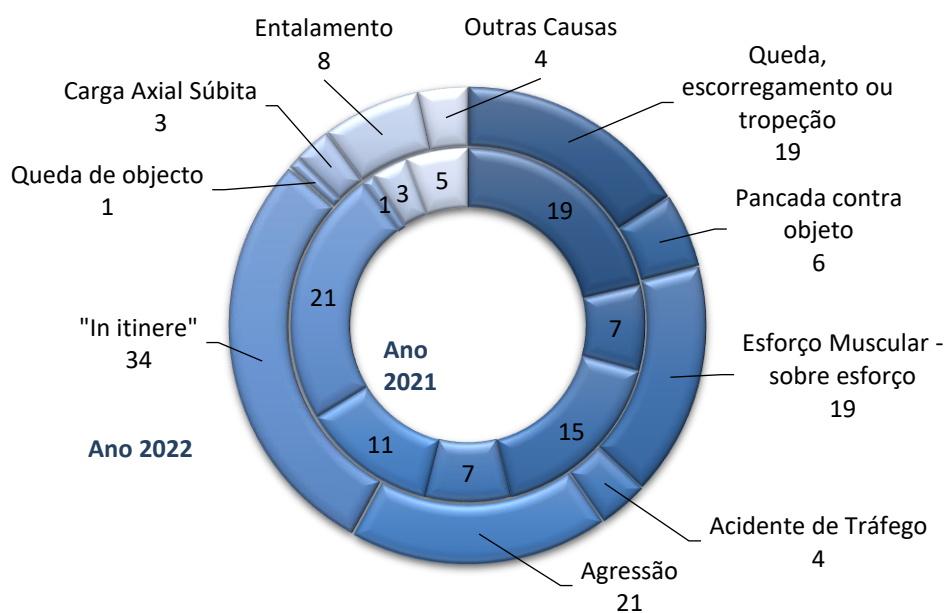
Gráfico 5 - Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais



No ano de 2022, e à semelhança do ano anterior, a principal causa de acidentes de trabalho foram as ocorrências no trajeto casa-trabalho ou trabalho-casa (In Itinere) - 34 acidentes (29%).

As agressões apresentam-se como a segunda causa de sinistralidade laboral na CARRIS (21 acidentes (18%)), seguindo-se as quedas, escorregamentos ou tropeções e os esforços musculares, com igual número de ocorrências cada (19 acidentes (16%)).

Gráfico 6 – Tipologia dos Acidentes de Trabalho





5.4.5. Saúde

Ao longo do ano de 2022, a atividade clínica da CARRIS desenvolveu-se, como habitualmente, nas valências de Medicina do Trabalho e Medicina Curativa.

A CARRIS garantiu a realização de consultas de Clínica Geral e das especialidades de Urologia e Psiquiatria, sendo que a tendência de aumento da procura, registada no ano anterior, se manteve com igual capacidade na resposta, maioritariamente em regime presencial. Mantiveram-se os protocolos com entidades externas em complemento à atividade interna, assim como ao nível de consultas de algumas especialidades e ainda no âmbito da fisioterapia.

O interesse na aplicação de técnicas de mobilização e manipulação articular, por parte da comunidade CARRIS, manteve-se, pelo que os tratamentos de Osteopatia realizados nas instalações de Miraflores, tiveram continuidade em 2022.

Com o apoio da especialidade de psiquiatria, a CARRIS manteve, ao longo de 2022, as consultas de Cessação Tabágica, bem como os rastreios de prevenção do cancro da próstata, da diabetes e da Hipertensão Arterial (HTA).

Continuando a verificar-se um considerável acréscimo de atividade, na área da Saúde, por efeito da pandemia, a CARRIS, em paralelo, manteve medidas de redução do absentismo global, garantindo o acompanhamento clínico aos trabalhadores com baixas prolongadas, por situação de doença, em articulação com o processo de verificação domiciliária da doença, realizado por uma equipa coordenada pela Empresa.

Tabela 22 – Número de consultas realizadas, por tipo

Ano	2021	2022
Consultas Medicina Curativa	6 285	5 655
Consultas de especialidades	1 442	1 501
Total de consultas	7 727	7 156

Ao nível da Medicina do Trabalho (MT) realizaram-se exames de saúde aos trabalhadores da Empresa e da participada Carrisbus, bem como exames de admissão para ambas as empresas.

Com o regresso à atividade normal ao longo do ano de 2022, foi possível investir mais na prevenção, retomando as visitas aos locais de trabalho, em estreita articulação com a área da Segurança no Trabalho.



Tabela 23 – Número de exames/ consultas (MT)

Ano	2021	2022
Exames/Consultas aos Trabalhadores	3 082	2 567
Exames/Consultas a Candidatos	109	185
Retoma de Doença pós COVID-19	278	1 301
Total de exames/consultas	3 469	4 053

5.4.6. Comunicação interna

Com o objetivo de potenciar a proximidade e interação entre os muitos Colaboradores da CARRIS, foi lançada uma nova plataforma de comunicação interna, o 22C. Um espaço de divulgação e partilha, com testemunhos de Colaboradores em formatos apelativos e dinâmicos, desde entrevistas escritas a vídeos e podcasts.

Os conteúdos de comunicação permitiram dar a conhecer as várias áreas e funções que compõem a CARRIS. Um encontro entre a história da CARRIS e a história de cada um que nela trabalha.

Foi lançado e divulgado o novo portal interno MyCARRIS que reúne o acesso a diversas aplicações e aos conteúdos informativos da Empresa. Assumiu-se um portal único com acesso via rede interna e externa.

As campanhas, conteúdos e iniciativas, lançados ao longo de 2022, tiveram como protagonistas os Colaboradores da CARRIS. Estes conteúdos circularam pelos canais internos e externos com a devida adaptação à comunicação com o Cliente CARRIS, criando uma importante relação emocional. Conteúdos mais humanizados e representativos do universo de trabalhadores da empresa.

2022

Relatório e Contas

6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA





6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

6.1. Conjuntura económica 2022

O ano de 2022 é caracterizado pela retoma do crescimento económico depois de dois anos fortemente condicionados pelos efeitos decorrentes da pandemia COVID-19.

A economia portuguesa cresceu 6,8% em 2022, mais 2 p.p. que o crescimento registado em 2021; assim, a variação acumulada nos dois anos permitiu recuperar a quebra de 8,3% do PIB verificada em 2020.

A par da retoma do crescimento, a conjuntura económica é marcada pelo ressurgimento da inflação, que atinge o expressivo valor de 8,1% no ano de 2022. As injeções de liquidez nas economias, para combater as restrições decorrentes da pandemia, estimularam tendências inflacionistas que foram agravadas pelas dificuldades verificadas nas cadeias logísticas globais. O começo da guerra na Ucrânia, no início do ano, constituiu um fator adicional para a subida da inflação, devido ao impacto na subida dos preços dos recursos energéticos.

Em suma, o desempenho económico não pode deixar de refletir os aspetos mais relevantes da conjuntura económica do ano em análise:

- Crescimento significativo da procura de transporte público, aproximando-se dos níveis pré-pandémicos nos últimos meses do ano. Em termos anuais, o volume da procura apresenta ainda um défice acumulado de cerca de 10%;
- A receita de serviço público, acompanhando a evolução da procura, manteve uma tendência crescente, recuperando quase 84% do volume pré-pandemia;
- O Estado manteve o apoio financeiro aos Operadores de Transporte, nos termos do Decreto-lei nº42-A/2022 de 30 de junho, para garantir o volume de receita de referência necessário à manutenção dos níveis de serviço normais. No início do 2º semestre, a receita mensal aproximou-se dos valores de referência, cessando a atribuição dos apoios financeiros para este efeito;
- Os gastos com recursos energéticos – gás, eletricidade e gasóleo – cresceram significativamente, em resultado do aumento dos respetivos preços que, em termos médios, superou 30%.

6.2. Análise de resultados da empresa

Tabela 24 – Demonstração de Resultados (103€)

RENDIMENTOS E GASTOS	2021	2022	Var.	
			Abs.	%
Vendas e Prestações de Serviços	77 868	103 999	26 131	33,6
Prestação de Serviço Público	76 943	102 772	25 829	33,6
Vendas e Prestação de Serviços - Outros	925	1 227	302	32,6
Compensações Serviço Público	75 196	49 931	-25 265	-33,6
Trabalhos para a própria entidade	237	188	-50	-20,9
Outros rendimentos e ganhos	2 962	3 102	140	4,7
Rendimentos Operacionais	156 263	157 220	957	0,6
Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas	-14 674	-18 730	-4 056	-27,6
Fornecimentos e Serviços Externos	-33 744	-36 183	-2 439	-7,2
Gastos com Pessoal	-74 505	-80 178	-5 672	-7,6
Outros gastos e Perdas	-673	-994	-321	-47,7
Gastos Operacionais	-123 596	-136 085	-12 489	-10,1
Resultado Operacional da Atividade Transporte (EBITDA)	32 667	21 134	-11 533	-35,3
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-15 511	-16 692	-1 181	-7,6
Indemnizações por rescisão	-143	-119	24	16,6
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-13	0	13	100,0
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-22	-30	-9	-40,2
Aplicação do Método Equivalência Patrimonial	-2 199	1 907	4 106	186,7
Provisões (aumentos/reduções)	-427	-3 631	-3 204	-750,3
Diferenças de câmbio	-1	-1	0	-28,4
Resultado Operacional	14 353	2 568	-11 784	-82,1
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-29	-28	2	5,9
Resultado financeiro	-29	-28	2	5,9
Resultado antes de impostos	14 323	2 540	-11 783	-82,3
Imposto sobre o rendimento	-2 777	527	3 303	-119,0
Resultado líquido do período	11 546	3 067	-8 479	-73,4

6.2.1. Resultado Líquido

O Resultado Líquido registado em 2022 ascendeu a 3,1 milhões de euros, representando uma redução de cerca de 8,5 milhões de euros, relativamente a 2021.

Esta variação decorre, essencialmente, do aumento dos gastos operacionais, mantendo-se sem alterações relevantes o total dos rendimentos operacionais. Releva-se, ainda, o significativo aumento de 3,2 milhões de euros das provisões do exercício, cujo impacto foi atenuado pelo acréscimo em 4,1 milhões de euros dos ganhos com participadas.

6.2.2. Resultado operacional da atividade de transportes (EBITDA)

O EBITDA da atividade de transporte em 2022 ascendeu a 21 milhões de euros, registando uma redução de 11,5 milhões de euros (35%) face ao valor obtido no exercício anterior.

Para este resultado concorreram os seguintes fatores essenciais:

- i. O valor total dos rendimentos operacionais mantém-se sem variações significativas. Contudo, a sua composição altera-se: as prestações de serviço público crescem 25,8 milhões de euros (34%), registando-se uma redução nas compensações de serviço público (em 7,7 milhões de euros) e subsídios atribuídos no âmbito da pandemia COVID-19 (em 20,5 milhões de euros); ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/2021, foi atribuído um apoio extraordinário destinado a mitigar os efeitos da subida dos preços do combustível no setor do transporte públicos de passageiros, cujo valor ascendeu a 2,9 milhões de euros na CARRIS;
- ii. Verifica-se um aumento substancial dos gastos operacionais, devido ao comportamento do preço dos recursos energéticos, que na CARRIS regista uma variação média de 32%. Em consequência, o aumento dos gastos com energia elétrica, gasóleo e gás natural gera um impacto negativo de 5,4 milhões de euros, afetando as contas 61 e 62, conforme quadro seguinte;

Tabela 25 – Gastos com recursos energéticos

	2021	2022	Variação	
			€	%
Eletricidade	950 930	1 875 712	924 782	97,3
Gasóleo	13 259 961	15 525 335	2 265 374	17,1
Gás	2 581 769	4 793 237	2 211 468	85,7
Total	16 792 659	22 194 284	5 401 624	32,2

- iii. Os gastos com pessoal apresentam um crescimento de 7,6%, no montante de 5,7 milhões de euros. Os principais motivos para esta variação são os seguintes: aumento do efetivo mensal, em particular nos primeiros 4 meses de 2022; atualizações salariais resultantes dos processos de avaliação de desempenho; alteração da forma de cálculo das responsabilidades assumidas no pagamento de férias e subsídio de férias, com efeitos a partir de abril de 2021; revisão dos Acordos de Empresa e aumento do trabalho extraordinário para garantir o cumprimento do plano de oferta.

6.2.3. Resultado operacional

O Resultado Operacional, no valor de 2,6 milhões de euros, regista um decréscimo de 11,8 milhões de euros relativamente ao resultado apurado em 2021. Para além do contributo dos fatores já mencionados nos pontos anteriores, destacam-se:

- i. O aumento, em 1,2 milhões de euros, dos gastos com depreciações / amortizações, decorrente do investimento realizado;

- ii. O acréscimo das provisões do exercício, em 3,2 milhões de euros, para fazer face a responsabilidades decorrentes de processos judiciais em curso, bem como de outras contingências, relacionadas com sinistros e alteração da forma de cálculo das responsabilidades assumidas no pagamento de férias e subsídio de férias;
- iii. O reconhecimento, pelo método da equivalência patrimonial, dos resultados positivos de 1,9 milhões de euros registados pela participada Carristur, o que representa uma variação positiva dos resultados, de 4,1 milhões de euros, resultante da retoma das atividades turísticas.

6.2.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro reflete essencialmente os custos associados à manutenção de uma linha de crédito junto da banca comercial, contrato que terminou em setembro de 2022.

6.3. Estrutura Patrimonial

Apresenta-se uma análise das principais variações nas rúbricas do balanço face ao período homólogo.

Tabela 26 – Variação do Património (103€)

Ano	2021	2022	Var.	
			Abs.	%
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	120 818	121 605	787	0,7
Participações e Outros Ativos Financeiros	4 931	6 812	1 881	38,1
Ativos por impostos diferidos		737	737	-
Ativo Corrente - Inventários	1 438	1 885	447	31,1
Ativo Corrente - Valores a Receber	28 908	12 762	-16 145	-55,9
Ativo Corrente - Disponibilidades	49 577	67 159	17 583	35,5
Total	205 671	210 960	5 289	2,6
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	114 544	110 745	-3 799	-3,3
Provisões	1 930	5 561	3 631	188,1
Passivo não Corrente (Outro)	23 653	31 183	7 531	31,8
Passivo Corrente	65 543	63 470	-2 074	-3,2
Total	205 671	210 960	5 289	2,6



6.3.1. Ativo

Em 2022, a CARRIS aumentou o seu Ativo em 5,3 milhões de euros, destacando-se as seguintes variações mais relevantes:

- O Ativo não corrente regista um acréscimo de 3,4 milhões de euros, resultante essencialmente do aumento em 1,9 milhões de euros do valor das participações e outros ativos financeiros (equivalência patrimonial da participada Carristur), do investimento em ativos fixos tangíveis, no valor (líquido de amortizações) de 1 milhão de euros e dos ativos por impostos diferidos (0,7 milhões de euros) associados à constituição das provisões relativas à regularização dos proporcionais de férias e subsídios de férias.
- O Ativo corrente aumenta 1,9 milhões de euros, resultante das variações ocorridas nas seguintes rubricas:
 - i. Valores a Receber – diminuição de 16 milhões de euros, devido fundamentalmente à liquidação do saldo do segundo pagamento por conta das COSP 2021 (13 milhões de euros) e recebimento do subsídio PART (1,9 milhões de euros) reconhecido em 2021;
 - ii. Disponibilidades – os pagamentos por conta das Compensações de Serviço Público, efetuados pelo Município nos termos previstos no contrato de concessão, acrescidos do valor dos reembolsos de IVA, permitiram um acréscimo de Disponibilidades de 17,6 milhões de euros.

6.3.2. Capital Próprio

O Capital Próprio regista uma variação negativa de 3,8 milhões de euros, explicada essencialmente pelos seguintes fatores:

- i. Transferência para resultados transitados do resultado líquido apurado em 2021, no valor de 11,5 milhões de euros;
- ii. Reconhecimento, em resultados transitados, de perdas atuariais relativas às Responsabilidades com Complementos de Pensões, no montante de 6,3 milhões de euros;
- iii. Excedentes de revalorização, no valor de 1,3 milhões de euros, resultantes da reavaliação dos imóveis registados segundo o modelo de revalorização;
- iv. Variação negativa do Resultado Líquido, no período em análise face a 31/12/2021, de 8,5 milhões de euros;
- v. Variação negativa da rubrica ajustamentos / outras variações no capital próprio, em 1,6 milhões de euros, em resultado da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e durante a vida útil do ativo, dos subsídios ao investimento recebidos, na proporção em que são reconhecidas as depreciações/amortizações dos ativos subsidiados.



6.3.3. Passivo

Em 2022, o Passivo regista um aumento de 9,1 milhões de euros, que resulta das variações ocorridas nas seguintes rubricas:

- Passivo não corrente – regista um acréscimo de 11,2 milhões de euros, justificado pelos seguintes fatores:
 - i. Acréscimo das provisões (3,6 milhões de euros), para fazer face a responsabilidades da empresa, nomeadamente decorrentes de processos judiciais em curso, bem como de outras contingências, relacionadas com sinistros e alteração da forma de cálculo das responsabilidades assumidas no pagamento de férias e subsídio de férias;
 - ii. Aumento das responsabilidades com benefícios pós-emprego, no montante de 7,4 milhões de euros.
- Passivo corrente - reduz em 2,1 milhões de euros, destacando-se as variações mais significativas nas rubricas seguintes:
 - i. Redução das dívidas a fornecedores em 3,8 milhões de euros, refletindo o esforço da Empresa em pagar os seus compromissos, dentro dos prazos estabelecidos;
 - ii. Redução em 3,1 milhões de euros do saldo em dívida ao Estado;
 - iii. Aumento de outras dívidas a pagar em 4,7 milhões de euros. Para este aumento concorrem, essencialmente, a variação dos pagamentos por conta das Compensações de Serviço Público (2 milhões de euros) e gratuididade (1,1 milhões de euros), bem como das remunerações a liquidar (1 milhão de euros).

6.4. Investimento Realizado

Em 2022, foi realizado um investimento de cerca de 16 milhões de euros, sendo de salientar as seguintes principais rubricas:

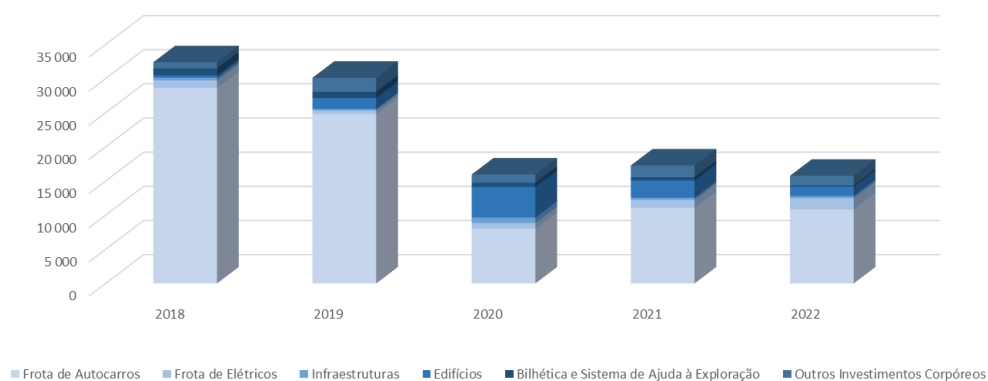
- Aquisição de autocarros standard a GNC, no valor de 10,148 milhões de euros;
- Grandes reparações na frota de elétricos, no valor de 1,490 milhões de euros;
- Melhorias nos sistemas informáticos, no valor de 0,368 milhões de euros;
- Obras de melhoria nas instalações da empresa, tendo em vista a adaptação às necessidades operacionais e administrativas da mesma, no valor de 1,372 milhões de euros;
- Melhoria das instalações sociais, condições de trabalho, Higiene Segurança, no montante de 0,316 milhões de euros.

Tabela 27 – Investimentos (10³€)

Ano	2021	2022
Frota de Autocarros	11 085	10 859
Aquisições	10 687	10 568
Grandes Reparações	398	264
Outros	0	27
Frota de Eléctricos	1 155	1 637
Grandes Reparações	1 000	1 490
Outros	155	147
Infraestruturas	302	308
Grandes Reparações de Linha e Rede Aérea	266	175
Outros	36	133
Edifícios	2 520	1 372
Bilhética e Sistema de Ajuda à Exploração	507	184
Outros Investimentos Corpóreos	1 713	1 413
Total Investimentos não Financeiros	17 282	15 774
Investimentos Financeiros	-	-
Total	17 282	15 774

O gráfico seguinte mostra a evolução do investimento total e por tipo de ativo nos últimos 5 anos: em 2017, deu-se início a diversos processos de aquisição de novos autocarros, permitindo a entrada ao serviço de 322 novos veículos nos últimos anos, correspondendo a um considerável esforço financeiro da empresa.

Gráfico 7 – Evolução Investimento (10³€)



Importa ter presente que o investimento de 2021 e 2022 foi prejudicado não apenas pela situação de pandemia vivida neste período, mas também em 2022 pelo início da guerra na Ucrânia, que gerou disrupções nas cadeias produtivas e no fornecimento de materiais, levando ao atraso nas entregas de procedimentos aquisitivos em curso.

O programa de renovação e aumento da frota de viaturas do serviço público irá manter-se nos próximos anos conforme previsto no Plano de Atividades e Orçamento 2023-2026 aprovado pelo acionista.

6.5. Fluxos Financeiros

A recuperação da procura e da receita tarifária gerou um acréscimo de recebimentos de clientes superior a 28 milhões de euros, permitindo reduzir os subsídios do Estado para apoio à operação no contexto da pandemia COVID-19. No entanto, as operações não geraram fundos suficientes para o pagamento dos gastos operacionais (fornecedores e pessoal) e impostos que, no conjunto, registaram um expressivo aumento de 23 milhões de euros em 2022.

Tabela 28 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (10³€)

Ano	2021	2022
Fluxo das Atividades Operacionais	38 793	36 634
Recebimentos	169 948	190 950
Pagamentos	131 156	154 316
Fluxo das Atividades de Investimento	-21 036	-19 024
Recebimentos	963	1 359
Pagamentos	22 000	20 383
Fluxo das Atividades de Financiamento	6 881	-28
Recebimentos	6 910	0
Pagamentos	29	28
Varição de Caixa e seus equivalentes	24 637	17 583

O equilíbrio da tesouraria foi alcançado com o recebimento dos pagamentos por conta das COSP 2022 e reembolsos do IVA, permitindo um fluxo de caixa das atividades operacionais de 36,6 milhões de euros.

Relativamente aos fluxos de investimento, o montante dos pagamentos de ativos fixos tangíveis registou uma ligeira diminuição face a 2021. No período em análise regista-se o recebimento de 1,2 milhões de euros de subsídios ao investimento, referente à aquisição de novos autocarros no âmbito do programa



POSEUR; ainda assim, o pagamento das aquisições de investimento é maioritariamente assegurado por fundos gerados pela operação (93%).

Ao nível dos fluxos de financiamento regista-se o recebimento, em 2021, de uma verba de 6,9 milhões de euros para cobertura de prejuízos, situação que não se verificou em 2022.

6.6. Prazo Médio de Pagamentos

Desde 2017 que a CARRIS vem implementando um conjunto de procedimentos internos para garantir o cumprimento atempado dos prazos de pagamento, com o objetivo de assegurar um Prazo Médio de Pagamentos (PMP) máximo de 30 dias. As medidas adotadas permitiram melhorias significativas neste indicador.

No final do ano o indicador PMP, calculado nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, é de 34,2 dias. Verifica-se uma redução de 7 dias no Prazo Médio de Pagamentos, fruto do pagamento atempado aos fornecedores.

Tabela 29 – Prazo Médio de Pagamentos

PMP	2021	2022	Var.	
			Abs.	%
Prazo (dias)	41	34	-7	-16

2022

Relatório e Contas

7.

GOVERNO SOCIETÁRIO





7. GOVERNO SOCIETÁRIO

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em vigor desde dezembro de 2013, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

Neste contexto, a CARRIS, em cumprimento do disposto no artigo 54.º do referido diploma, elabora um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2022, disponível para consulta no site da empresa.

2022

Relatório e Contas

8.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS





8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para cumprimento da alínea f) do número 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, no valor de 3.066.905,78€, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados, em conformidade com o disposto no número 2 do artigo 29º dos Estatutos da Empresa.

2022

Relatório e Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO



Relatório e Contas

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	120 501 306,92	119 505 315,85
Ativos intangíveis	8	1 103 496,45	1 312 977,32
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	5 217 939,89	3 399 666,46
Outros investimentos financeiros	11	1 593 741,37	1 531 222,99
Ativos por impostos diferidos	10	737 211,45	-
		129 153 696,08	125 749 182,62
Ativo corrente			
Inventários	12	1 884 815,63	1 437 692,67
Clientes	13	2 544 663,90	3 468 410,19
Estado e outros entes públicos	17	3 587 214,06	2 165 565,28
Outros créditos a receber	13	6 630 272,39	23 273 558,26
Caixa e depósitos bancários	5	67 159 197,74	49 576 516,20
		81 806 163,72	79 921 742,60
Total do ativo		210 959 859,80	205 670 925,22
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	78 674 000,00	78 674 000,00
Resultados transitados	14	(72 648 819,51)	(77 590 862,64)
Excedentes de revalorização	14	68 729 547,71	67 384 597,79
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	14	32 923 384,42	34 530 309,05
		107 678 112,62	102 998 044,20
Resultado líquido do período		3 066 905,78	11 546 403,92
Total do capital próprio		110 745 018,40	114 544 448,12
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	5 561 498,07	1 930 363,70
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	18 803 084,38	11 356 493,56
Passivos por impostos diferidos	10	12 380 395,10	12 296 242,87
		36 744 977,55	25 583 100,13
Passivo corrente			
Fornecedores	16	7 564 207,01	11 381 704,69
Estado e outros entes públicos	17	1 515 249,00	4 634 509,61
Financiamentos obtidos	16	-	24,49
Outras dívidas a pagar	16	52 705 933,89	48 027 807,72
Diferimentos	18	1 684 473,95	1 499 330,46
		63 469 863,85	65 543 376,97
Total do passivo		100 214 841,40	91 126 477,10
Total do capital próprio e do passivo		210 959 859,80	205 670 925,22

O Anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2022

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Relatório e Contas

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	20	103 999 056,52	77 867 624,24
Subsídios à exploração	20, 28	49 930 742,61	75 195 838,10
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	1 907 194,15	(2 198 659,23)
Trabalhos para a própria entidade		187 514,19	237 144,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(18 729 927,95)	(14 673 550,16)
Fornecimentos e serviços externos	21	(36 183 311,14)	(33 743 842,55)
Gastos com o pessoal	22	(80 297 041,35)	(74 648 580,07)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	-	(12 652,74)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(3 631 134,37)	(427 065,69)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		(30 304,41)	(21 622,69)
Outros rendimentos	24	3 102 217,73	2 962 255,39
Outros gastos	25	(995 329,94)	(673 776,86)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		19 259 676,04	29 863 111,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	(16 691 574,25)	(15 510 544,26)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 568 101,79	14 352 567,52
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	26	(27 762,41)	(29 491,29)
Resultado antes de impostos		2 540 339,38	14 323 076,23
Imposto sobre o rendimento do período	10	526 566,40	(2 776 672,31)
Resultado líquido do período	14	3 066 905,78	11 546 403,92

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2022

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Relatório e Contas



Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		152 843 457,00	152 520 228,52
Custo das vendas e dos serviços prestados		(126 201 445,65)	(115 660 034,74)
Resultado bruto		26 642 011,35	36 860 193,78
Outros rendimentos		6 606 865,25	4 552 403,89
Gastos de distribuição		(6 764 906,61)	(6 214 486,67)
Gastos administrativos		(13 006 057,82)	(12 044 000,40)
Outros gastos		(10 909 810,38)	(8 801 543,08)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 568 101,79	14 352 567,52
Gastos de financiamento (líquidos)		(27 762,41)	(29 491,29)
Resultados antes de impostos		2 540 339,38	14 323 076,23
Imposto sobre o rendimento do período		526 566,40	(2 776 672,31)
Resultado líquido do período		3 066 905,78	11 546 403,92

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

Relatório e Contas



Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2022	2021
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		79 738 310,82	51 091 670,11
Compensações tarifárias, de serviço público e outros subsídios	28	63 136 198,73	86 317 746,09
Pagamentos a fornecedores		(70 219 548,10)	(56 971 053,43)
Pagamentos ao pessoal		(77 643 727,14)	(74 146 844,13)
Caixa gerada pelas operações		(4 988 765,69)	6 291 518,64
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(6 452 762,42)	(37 851,64)
Outros recebimentos/pagamentos	5	48 075 529,97	32 538 986,58
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		36 634 001,86	38 792 653,58
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(20 072 744,69)	(21 934 970,20)
Ativos intangíveis		(310 101,56)	(64 792,20)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Investimentos financeiros		107 593,82	806 480,62
Subsídios ao investimento		1 215 264,65	126 319,01
Juros e rendimentos similares		30 173,62	30 600,94
Dividendos		6 256,25	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(19 023 557,91)	(21 036 361,83)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	6 910 291,41
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares	26	(27 762,41)	(29 491,29)
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(27 762,41)	6 880 800,12
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			
		17 582 681,54	24 637 091,87
Caixa e seus equivalentes no início do período			
	5	49 576 516,20	24 939 424,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
	5	67 159 197,74	49 576 516,20

O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2022

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022

(Montantes expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital subscrito	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	14	78 674 000,00	(77 590 862,64)	67 384 597,79	34 530 309,05	11 546 403,92	114 544 448,12
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Excedentes de revalorização	6, 14			1 714 527,03			1 714 527,03
Subsídios e doações	14				(1 602 716,23)		(1 602 716,23)
Ajustamentos por ganhos e perdas atuariais	19		(6 271 825,53)				(6 271 825,53)
Ajustamentos por impostos diferidos	10		(332 535,26)	(369 577,11)	(4 208,40)		(706 320,77)
Aplicação dos resultados de 2021	14		11 546 403,92			(11 546 403,92)	-
		-	4 942 043,13	1 344 949,92	(1 606 924,63)	(11 546 403,92)	(6 866 335,50)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						3 066 905,78	3 066 905,78
RESULTADO INTEGRAL						(3 799 429,72)	(3 799 429,72)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022		78 674 000,00	(72 648 819,51)	68 729 547,71	32 923 384,42	3 066 905,78	110 745 018,40

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2022

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M, SA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021**

DESCRICÃO	Notas	(Montantes expressos em euros)						Total do capital próprio
		Capital subscrito	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	14	78 674 000,00	(78 648 763,14)	71 483 212,44	35 167 768,46	595 333,91	107 271 551,67	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Excedentes de revalorização	6, 14			(1 757 081,17)	(415 274,72)		(1 757 081,17)	
Subsídios e doações	14		462 566,59				(415 274,72)	
Ajustamentos por ganhos e perdas atuais	19			(2 341 533,48)	(222 184,69)		462 566,59	
Ajustamentos por impostos diferidos	10		595 333,91			(595 333,91)	(2 563 718,17)	
Aplicação dos resultados de 2020	14						-	
		-	1 057 900,50	(4 098 614,65)	(637 459,41)	(595 333,91)	(4 273 507,47)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						11 546 403,92	11 546 403,92	
RESULTADO INTEGRAL						7 272 896,45	7 272 896,45	
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021		78 674 000,00	(77 590 862,64)	67 384 597,79	34 530 309,05	11 546 403,92	114 544 448,12	

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2021

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo



Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A. (adiante designada por Carris, Empresa ou Sociedade) é uma sociedade anónima de capitais públicos, constituída em setembro de 1872, com sede social na Rua 1.º de Maio, n.º 103, em Lisboa. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços relativos ao transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, por meio de autocarros, carros elétricos, ascensores mecânicos e um elevador conforme o contrato de concessão celebrado com o Município de Lisboa em 14 de novembro de 2017, nos termos conjugados da Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros outorgado pelo Estado Português à Carris em 31 de dezembro de 1973, e do Aditamento à Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, assinado em 20 de setembro de 2018.

Em 30 de dezembro de 2016 foi publicado o Decreto-Lei n.º 86-D/2016, que determinou a transferência da posição contratual detida pelo Estado no contrato de concessão de serviço público celebrado com a Carris, e a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da Carris, do Estado para o município de Lisboa, com efeitos a 1 de fevereiro de 2017. Enquanto empresa municipal, a Carris é enquadrada pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local.

As demonstrações financeiras anexas refletem as contas individuais da Empresa, sendo apresentadas em euros. Foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 02 de março de 2023. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Acionista em Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.



2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, derrogações às disposições previstas no SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros materiais que afetem a comparação de valores entre os anos. Assim, entende-se que os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, comparáveis com os do período anterior.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NORMAS CONTABILÍSTICAS DE RELATO FINANCEIRO – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Não aplicável.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de natureza e uso semelhantes correspondentes aos terrenos e edifícios dos complexos de Santo Amaro, Cabo Ruivo e Miraflores encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor. Têm sido efetuadas revalorizações, com uma regularidade anual, baseadas em avaliações efetuadas pela UON Consulting, S.A. com referência à data de relato.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é reconhecido diretamente em resultados.

Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (ou custo considerado para os bens que no normativo anterior se encontravam registados pelo custo de aquisição acrescido de reavaliações ao abrigo de diplomas legais) ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções:	8 - 100
Equipamento Básico: Autocarros:	8 - 12
Via-Férrea:	16
Carros Elétricos:	16
Carros Elétricos Articulados:	30
Rotáveis de Autocarros:	8 - 12
Rotáveis de Elétricos:	16
Equipamento de Transporte:	4 - 6
Ferramentas e Utensílios:	1 - 14
Equipamento Administrativo:	1 - 8
Outros:	3 - 20



A Administração entende que o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações como referido em 4.1.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

4.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, considerando-se habitualmente um período de vida útil de cinco anos, sem prejuízo da revisão desta estimativa, sempre que tal se justifique.



4.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

4.6. Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

4.7. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra e eventuais despesas incorridas para os colocar em condições de poderem ser utilizados pela Empresa.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

4.8. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam todas as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Assim, com exceção dos ativos ou passivos financeiros classificados como detidos para negociação, e para os quais seja possível obter o seu justo valor, todos os instrumentos financeiros devem ser mensurados pelo custo ou custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros investimentos financeiros

Os outros investimentos financeiros incluem títulos de dívida pública detidos para garantia de pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999. Estes ativos encontram-se registados ao custo.

d) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção de financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas ao longo do período dos financiamentos associados. Em termos de impacto nos resultados da Empresa a adoção deste método não difere, de forma material, do que resultaria da aplicação do método do juro efetivo ao longo do período de vida dos financiamentos. As despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

f) Contratos para conceder ou contrair empréstimos

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica "Outros ativos financeiros" ou na rubrica "Outros passivos financeiros".

Os ativos financeiros incluídos na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.



Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “Ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

4.9. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não



têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

1) Receita tarifária

Em abril de 2019 foi implementado um novo tarifário no sistema de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa.

A maior alteração tarifária dos últimos anos, os novos passes Navegante, representam uma redução significativa no preço e na quantidade de passes disponíveis na Área Metropolitana de Lisboa, criando um passe Navegante Metropolitano e 18 passes Navegante Municipal (um para cada município) com as respetivas modalidades, dois destes passes válidos na cidade de Lisboa, o Municipal Lisboa e o Metropolitano.

Nos termos previstos na Lei do Orçamento de Estado 2019 (Lei 71/2018), entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), e foi criado o Regulamento Metropolitano nº 278-A/2019 das Regras Gerais para a Implementação do Sistema Tarifário na AML, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 61, de 27 de março de 2019, colocando à disposição das autoridades de transportes, por via das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais, financiamento para concretização da redução das tarifas dos transportes públicos, através do PART.

Atualmente a receita tarifária da Carris é reconhecida do seguinte modo:

1. Tarifas de bordo e Passes Navegante municipal e metropolitano: a receita da venda é apropriada integralmente pela Carris, sendo o rédito reconhecido no momento da venda/utilização;
2. Viagens Ocasionais/Zapping e Passes interempresas – Títulos combinados com outros operadores. A receita da venda destes títulos é repartida em função das utilizações registadas em cada operador, ou de acordo com as quotas definidas nos protocolos estabelecidos para a sua constituição, sendo o rédito reconhecido após repartição.

Com o programa PART, o processo de apuramento mensal do rédito obedece ao seguinte modelo:

- A AML paga aos operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento 278-A/2019, que garante a manutenção do equilíbrio financeiro dos operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido;
- O modelo define igualmente regras para distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (upside) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento

sustentado da utilização do transporte público, favorecendo os operadores com maior crescimento de procura;

- A comunicação dos pagamentos por conta mensais e respetivos pagamentos é realizada pela Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), ao abrigo das competências delegadas e subdelegadas nos termos do Contrato Administrativo de Delegação e Subdelegação de Competências entre a AML e a TML, de 3 de março de 2021. Estes montantes são estimativas, que são revistas e ajustadas com base nas vendas reais;
- O cálculo do valor definitivo das compensações de cada operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos operadores da AML, deverá ser efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte.

Em abril de 2020, após ser decretado o primeiro estado de emergência em Portugal devido à pandemia Covid-19, o Governo fez publicar o Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, estabelecendo que, durante o 2.º trimestre de 2020, fossem mobilizadas as verbas orçamentadas do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP) e das compensações dos passes 4_18@escola.tp, sub23@superior.tp e passe Social+ para as autoridades de transporte remunerarem os operadores pela manutenção de serviços de transportes mínimos essenciais.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, na versão atualizada pelo Decreto de Lei nº39-A/2020, os apoios concedidos no âmbito do programa PART foram desdobrados em duas parcelas:

- Uma “parcela fixa”, correspondente aos pagamentos por conta previstos no programa PART mantendo o referencial histórico de 2019;
- Uma “parcela variável”, para permitir que os operadores atinjam 90% (ou 100%) da sua receita habitual, por forma a garantir níveis de oferta compatíveis com as condições de segurança sanitária definidas, contando para o efeito com o reforço de verbas inscritas no Orçamento de Estado 2020, na sua versão da Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho.

Considerando que estas transferências visam propósitos diferentes, a compensação da perda de receita resultante de uma nova política tarifária (“parcela fixa”) é registada numa conta de rédito, e o financiamento da manutenção dos níveis de oferta em contexto de pandemia (“parcela variável”) é contabilizado numa conta de subsídios à exploração, regra que se manteve até ao termo deste apoio suplementar que ocorreu no final do 1º semestre de 2022.

O Decreto-Lei n.º 14-C/2020 introduziu ainda o conceito de “Receita de Referência”, correspondente à soma da receita de bilheteira (vendas) com as compensações relativas a passes de tarifa bonificada e 7os apoios PART, parcela fixa e parcela variável.

Considerando que, em 2022, a retoma da procura de transporte público ainda se encontrava afetada pelos efeitos da pandemia, o Decreto-lei nº42-A/2022, de 30 de junho procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 14-C/2020, prorrogando o prazo de vigência do mecanismo que permite compensar a redução da procura e do pagamento de indemnizações compensatórias até 31 de dezembro de 2022, para minimizar os impactos da pandemia e garantir a manutenção das condições de funcionamento dos serviços de transporte público.

Neste contexto, a parcela fixa do PART foi calculada tendo por base a proporção de verbas que competiu a cada Operador nos pagamentos de 2019 aplicada ao PART disponível para 2022; o valor da parcela variável corresponde, por seu lado, ao montante necessário para a Carris atingir a Receita de Referência, calculada nos termos do DL n.º 14-C/2020.

No 2.º semestre de 2022, a receita de bilheteira da Carris recuperou significativamente, tornando desnecessário o pagamento da parcela PART variável.

O Estado atribui verbas para compensação financeira da utilização de transporte público por portadores de títulos de transporte com tarifa reduzida, que são registados como subsídios à tarifa no exercício em que são atribuídos.

No 2.º semestre de 2022, o Município de Lisboa implementou a **gratuidade** dos transportes públicos para os seguintes grupos com domicílio fiscal na cidade: estudantes com idades entre os 13 e os 23 anos, e população com mais de 65 anos.

Para implementação do transporte coletivo gratuito, o Município estabeleceu um Acordo com a TML, entidade a quem compete assegurar a correta implementação e operacionalização das medidas de gratuidade, comunicar e efetuar os pagamentos das compensações devidas aos Operadores:

- **Gratuidade aos estudantes:** o processo de adesão iniciou-se em agosto e os carregamentos iniciaram-se em setembro. Abrange as redes da Carris, Metro, CP e Fertagus em que seja válido o passe Navegante Municipal Lisboa (modalidade 4_8/sub23 escalões A e B);
- **Gratuidade +65 anos:** a adesão iniciou-se em julho e os carregamentos em agosto/2022; Abrange as redes da Carris, Metro e CP em que seja válido o passe Navegante Urbano 3ª Idade.

A compensação aos operadores é paga pelo Município através da TML, sendo o cálculo efetuado com base nos carregamentos mensais desde que tenham o registo de, pelo menos, uma validação mensal.

Nos termos do Acordo da gratuidade, nos primeiros três meses os operadores foram compensados por um valor fixo; contudo, as compensações comunicadas pela TML têm por base os carregamentos reais registados nos meses de agosto a dezembro de 2022, sendo estes os montantes que foram contabilizados como rédito. Os valores pagos são contabilizados como valores a acertar no termo do acordo de gratuidade.

2) Compensações de Serviço Público

O contrato de Concessão celebrado entre o Município e a Carris estipula, no n.º 1 da cláusula 22 do Aditamento, a atribuição de compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, correspondente “ao montante do efeito financeiro líquido decorrente da soma das incidências, positivas ou negativas, da sua execução sobre os custos e as receitas da Carris”. Para o cálculo deste valor são comparados os custos e as receitas da Carris numa situação de cumprimento das Obrigações de Serviço Público com os custos e receitas em condições normais de mercado, abrangendo a realização do serviço de transporte em carreiras e horários que não seriam rentáveis em termos comerciais, bem como a prática de tarifários reduzidos para grupos etários ou sociais desfavorecidos.

Anualmente, o Município de Lisboa realiza dois pagamentos por conta das Compensações de Serviço Público a apurar relativamente a esse mesmo ano. Conforme dispõe a cláusula 23.1 da Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, estes pagamentos por conta devem efetuar-se no início de fevereiro e julho de cada ano.

Até ao dia 30 de março de cada ano, a Carris calcula e informa o Acionista dos valores das compensações devidas pelo cumprimento das obrigações no ano anterior as quais, de acordo com o modelo financeiro estabelecido, deverão proporcionar uma taxa interna de rentabilidade (TIR) dos capitais próprios de 5%, nos termos das cláusulas 22.6 e 22.7 da Segunda Alteração e Aditamento ao contrato de Concessão. Após receber esta informação, o Município dispõe de 30 dias para se pronunciar sobre os montantes propostos pela Carris e, havendo desacordo, segue-se um período de cinco dias para a conciliação de valores.

No exercício de 2022, a Carris reconheceu como rédito as compensações de serviço público relativas a 2021, calculadas e comunicadas nos termos previstos contratualmente. A Carris reconheceu como rédito em 2022 uma estimativa da componente de compensações tarifárias decorrentes da prática de tarifas bonificadas pela CML para determinados grupos da população, calculada com base nos perfis de utilizadores e vendas de passes para os segmentos alvo.

4.11. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer factos e circunstâncias, em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas, conduzindo à sua revisão, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das estimativas efetuadas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com:

- a) *Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;*
- b) *Registo de perdas de imparidade em ativos correntes;*
- c) *Constituição de Provisões;*
- d) *Responsabilidades com benefícios de reforma.*



4.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

A empresa não reconhece ativos por impostos diferidos, nomeadamente relacionados com responsabilidades de benefícios pós-emprego, por não possuir garantia de vir a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos referidos gastos na obtenção de um benefício económico futuro (poupança fiscal). Assim, tendo em consideração o prescrito na Estrutura Conceptual do SNC, de que apenas deve ser reconhecido um ativo quando existir a certeza de vir a ocorrer um benefício económico futuro para a entidade, e, mantendo a consistência do que tem vindo a ser a política contabilística seguida pela empresa, optou-se por não efetuar o reconhecimento de quaisquer ativos por impostos diferidos.

4.13. Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser estimado com fiabilidade.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação, podendo originar aumento ou diminuição do valor das provisões, por contrapartida dos resultados do período.



Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos (benefícios económicos) não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.14. Benefícios pós-emprego

Plano de benefícios definidos

A Empresa tem um plano de benefícios definidos para complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente por contrapartida de resultados transitados.

4.15. Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

4.16. Regime do acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.17. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou

acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e outras aplicações de curto prazo.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Numerário	16.503,77	13.238,46
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	27.142.693,97	49.563.277,74
Outras aplicações (CEDIC)	40.000.000,00	-
	<u>67.159.197,74</u>	<u>49.576.516,20</u>

O montante de € 40 milhões incluído em “outras aplicações” refere-se a aplicações em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), efetuadas no final do ano, com vencimento inferior a 12 meses.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2022 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A demonstração de fluxos de caixa com referência ao período de 2022 evidencia fluxos de caixa das atividades operacionais positivos em cerca de € 36,6 milhões, cerca de € 2,2 milhões abaixo dos registados em 2021. A recuperação da receita tarifária gerou um acréscimo de recebimentos de clientes, de aproximadamente € 28,6 milhões, que contribuiu para a compensação da diminuição dos subsídios recebidos do Estado e do maior volume de pagamentos a fornecedores (+€ 13,2 milhões) e pessoal (+€ 3,5 milhões).

De salientar ainda, ao nível dos fluxos de caixa das atividades operacionais, em 31 de dezembro de 2022, o valor reconhecido na rubrica de “Outros recebimentos/pagamentos” inclui o montante de cerca de € 8,7 milhões referente a pedidos de reembolso de IVA pagos pela Autoridade Tributária no decurso do período, e o montante de € 38,2 milhões referente a pagamentos por conta efetuados pelo Município de Lisboa, relativos a compensações de serviço público no ano de 2022 (Nota 28).

Relativamente aos fluxos de investimento, o montante dos pagamentos de ativos fixos tangíveis manteve-se sem variações significativas relativamente a 2021. No período em análise regista-se o recebimento de € 1,2 milhões de subsídios ao investimento, referente à aquisição de novos autocarros no âmbito do programa POSEUR; ainda assim, o pagamento das aquisições de investimento é maioritariamente assegurado por fundos gerados pela operação (93%).

Ao nível dos fluxos de financiamento regista-se o recebimento, em 2021, de uma verba de € 6,9 milhões para cobertura de prejuízos, situação que não se verificou em 2022.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2022 e 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2022							Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	
Ativos								
Saldo Inicial	38.042.922,64	148.981.411,20	262.716.480,04	2.156.038,35	8.365.350,34	17.868.426,30	3.334.371,86	481.465.000,73
Aquisições	-	555.298,30	11.834.990,16	132.519,06	676.850,55	92.397,76	2.149.977,19	15.442.033,02
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	307.099,40	471.072,71	46.171,09	502.237,36	376.408,35	-1.724.051,91	-21.063,00
Abates	-	-2.972,52	-9.058.435,68	-	-76.076,36	-34.609,41	-	-9.172.093,97
Revalorizações	177.700,00	1.536.827,03	-	-	-	-	-	1.714.527,03
Saldo	38.220.622,64	151.377.663,41	265.964.107,23	2.334.728,50	9.468.361,89	18.302.623,00	3.760.297,14	489.428.403,81
Depreciações acumuladas								
Saldo Inicial	-	127.850.577,56	209.006.800,56	1.657.024,26	7.442.078,46	16.003.204,04	-	361.959.684,88
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	2.129.437,18	12.323.106,25	211.637,92	764.549,83	700.424,11	-	16.129.155,29
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-2.972,52	-9.053.151,06	-	-71.010,29	-34.609,41	-	-9.161.743,28
Saldo	-	129.977.042,22	212.276.755,75	1.868.662,18	8.135.618,00	16.669.018,74	-	368.927.096,89
Ativos Líquidos	38.220.622,64	21.400.621,19	53.687.351,48	466.066,32	1.332.743,89	1.633.604,26	3.760.297,14	120.501.306,92



2021								
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	Total
Ativos								
Saldo Inicial	38.038.622,64	146.168.619,41	254.560.811,05	2.097.216,80	7.948.777,16	16.888.070,53	6.709.817,73	472.411.935,32
Aquisições	-	2.154.909,49	11.716.078,65	253.581,36	418.439,54	410.008,12	2.047.896,44	17.000.913,60
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	2.497.691,97	1.887.950,89	356.739,65	109.065,60	570.663,20	-5.423.342,31	-1.231,00
Abates	-	-78.428,50	-5.448.360,55	-551.499,46	-110.931,96	-315,55	-	-6.189.536,02
Revalorizações	4.300,00	-1.761.381,17	-	-	-	-	-	-1.757.081,17
Saldo	38.042.922,64	148.981.411,20	262.716.480,04	2.156.038,35	8.365.350,34	17.868.426,30	3.334.371,86	481.465.000,73
Depreciações acumuladas								
Saldo Inicial	-	125.682.551,49	202.988.653,90	1.999.177,39	7.141.707,20	15.379.538,36	-	353.191.628,34
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	2.246.454,57	11.455.194,21	209.346,33	410.988,62	623.981,23	-	14.945.964,96
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-78.428,50	-5.437.047,55	-551.499,46	-110.617,36	-315,55	-	-6.177.908,42
Saldo	-	127.850.577,56	209.006.800,56	1.657.024,26	7.442.078,46	16.003.204,04	-	361.959.684,88
Ativos Líquidos	38.042.922,64	21.130.833,64	53.709.679,48	499.014,09	923.271,88	1.865.222,26	3.334.371,86	119.505.315,85

As aquisições registadas na rubrica de “Equipamento Básico” em 31 de dezembro de 2022, respeitam essencialmente a aquisições de novos autocarros e de grandes reparações efetuadas nos veículos de serviço público.

O equipamento administrativo em poder de terceiros à data de 31 de dezembro de 2022 tem o valor líquido contabilístico de € 1.220,48 (€ 5.346,59 em 2021) e os edifícios e outras construções implantadas em propriedade alheia têm o valor líquido contabilístico de € 937.672,58 (€ 735.646,68 em 2021) e respeitam essencialmente às instalações da Empresa situadas na Pontinha e Musgueira.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, sendo registada uma quota integral no ano de aquisição e não sendo praticada qualquer quota no ano do abate se o bem ainda se encontrar em curso de depreciação durante a vida útil estimada.

As depreciações do exercício, no montante de € 16.129.155,29 (Nota 23) (€ 14.945.964,96 em 2021), foram registadas nas seguintes rubricas:

	2022	2021
Edifícios e Outras Construções	2.129.437,18	2.246.454,57
Equipamento Básico	12.323.106,25	11.455.194,21
Equipamento Transporte	211.637,92	209.346,33
Equipamento Administrativo	764.549,83	410.988,62
Outros Ativos Fixos Tangíveis	700.424,11	623.981,23
	16.129.155,29	14.945.964,96

O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2022 e 2021, líquidos de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, é o seguinte:

	2022		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (a)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.880.216,42	36.340.406,22	38.220.622,64
Edifícios e Outras Construções	6.367.833,92	15.032.787,27	21.400.621,19
Equipamento Básico	53.628.524,94	58.826,54	53.687.351,48
Equipamento Transporte	466.066,32	-	466.066,32
Equipamento Administrativo	1.332.743,89	-	1.332.743,89
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.633.604,26	-	1.633.604,26
	<u>65.308.989,75</u>	<u>51.432.020,03</u>	<u>116.741.009,78</u>

(a) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2022.

	2021		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (b)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.880.216,42	36.162.706,22	38.042.922,64
Edifícios e Outras Construções	6.311.715,07	14.819.118,57	21.130.833,64
Equipamento Básico	53.622.099,97	87.579,51	53.709.679,48
Equipamento Transporte	499.014,09	-	499.014,09
Equipamento Administrativo	923.271,88	-	923.271,88
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.865.222,26	-	1.865.222,26
	<u>65.101.539,69</u>	<u>51.069.404,30</u>	<u>116.170.943,99</u>

(b) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2021.

Não foi apurada qualquer perda por imparidade em qualquer dos períodos.

7. LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Empresa não mantinha quaisquer contratos de locação financeira.

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Empresa era locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2022 e 2021 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2022	2021
Até 1 ano	89.196,67	101.082,83
Entre 1 ano e 5 anos	19.838,15	50.095,51
	<u>109.034,82</u>	<u>151.178,34</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2022	2021
Pagamentos mínimos	154.197,56	162.394,06

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2022		
	Programas de computador	Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativos			
Saldo Inicial	10.815.762,27	656.157,73	11.471.920,00
Aquisições	18.377,50	313.497,59	331.875,09
Alienações	-	-	-
Transferências e outras reclassificações	21.063,00	-	21.063,00
Abates	-	-	-
Revalorizações	-	-	-
Saldo	10.855.202,77	969.655,32	11.824.858,09
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	10.158.942,68	-	10.158.942,68
Amortizações do período (Nota 23)	562.418,96	-	562.418,96
Abates	-	-	-
Saldo	10.721.361,64	-	10.721.361,64
Ativos Líquidos	133.841,13	969.655,32	1.103.496,45

	2021		
	Programas de computador	Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativos			
Saldo Inicial	10.634.259,27	555.573,53	11.189.832,80
Aquisições	64.792,00	216.064,20	280.856,20
Alienações	-	-	-
Transferências e outras reclassificações	116.711,00	-115.480,00	1.231,00
Abates	-	-	-
Revalorizações	-	-	-
Saldo	10.815.762,27	656.157,73	11.471.920,00
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	9.594.363,38	-	9.594.363,38
Amortizações do período (Nota 23)	564.579,30	-	564.579,30
Abates	-	-	-
Saldo	10.158.942,68	-	10.158.942,68
Ativos Líquidos	656.819,59	656.157,73	1.312.977,32

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial” foi o seguinte:

	2022	2021
Participações financeiras		
Saldo inicial	3.399.666,46	6.619.674,77
Variação - Método da equivalência patrimonial	1.884.273,16	-2.950.690,51
Liquidação da Otlis, ACE	-65.999,73	-269.317,80
Saldo final	<u>5.217.939,89</u>	<u>3.399.666,46</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias e associadas:

		2022								
		Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no Resultado
Subsidiárias:										
	Carristur (a)	Lisboa	7.655.968,59	2.438.028,70	5.217.939,89	12.182.732,57	1.884.273,16	100,00	5.217.939,89	1.884.273,16
Empresas associadas:										
	Publicarris - Publicidade na CCFL (a)	Amadora	2.064.737,00	2.707.850,00	-643.113,00	1.581.023,00	147.610,00	45,00	-	-
									<u>5.217.939,89</u>	<u>1.884.273,16 (b)</u>

(a) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2022.

(b) Na demonstração de resultados encontram-se registados rendimentos no valor de € 1.907.194,15 (e não € 1.884.273,16) devido à contabilização de rendimentos decorrentes da liquidação da OTLIS, no montante de € 22.920,99.



	2021								
	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no Resultado
Subsidiárias:									
Carristur (c)	Lisboa	5.756.906,74	2.423.240,01	3.333.666,73	3.972.863,95	-2.943.771,67	100,00	3.333.666,73	-2.943.771,67
Empresas associadas:									
Publicarris - Publicidade na CCFL (c)	Amadora	1.773.826,00	2.645.553,00	-871.727,00	906.011,00	-174.340,00	45,00	-	-
Otlis - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE (d)	Lisboa	5.385.411,63	5.104.011,49	281.400,14	442.012,02	-48.431,88	14,29	65.999,73	745.112,44
								3.399.666,46	-2.198.659,23

(c) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2021.

(d) Valores baseados nas demonstrações financeiras à data da dissolução (17 de fevereiro de 2021).

A OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE foi objeto de dissolução em 2021, tendo o seu património sido transferido para a TML. Em 15 de fevereiro de 2021 foi assinado entre a OTLIS, ACE, os seus membros e a Área Metropolitana de Lisboa o acordo relativo à fixação da contrapartida devida pela transferência do património para a TML.

10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando se verificarem prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), aplicando uma taxa de 21% sobre a matéria coletável.

A Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, e a Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, alteraram: (i) o artigo 87.º do código do IRC, fixando a partir de 2015, inclusive, em 21% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; (ii) o artigo 87.º-A do código do IRC, que determina uma tributação adicional, em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, por escalão em função do lucro tributável.

Nos termos do artigo 88.º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	832.813,59	3.403.897,06
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis	-289.633,28	-332.213,63
Impostos diferidos decorrentes de subsídios ao investimento	-332.535,26	-295.011,12
Impostos diferidos decorrentes de provisões	-737.211,45	-
Gasto com impostos sobre o rendimento	-526.566,40	2.776.672,31

	2022	2021
Resultado antes de impostos	2.394.500,17	14.323.076,23
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5%	538.762,54	3.222.692,15
Tributações autónomas	14.372,39	15.835,63
Diferenças permanentes	223.097,34	597.790,14
Dedução de prejuízos fiscais	-	-1.086.416,93
Derrama Estadual	56.581,32	653.996,07
Diferenças temporárias:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis (amortização)	-289.633,28	-332.213,63
Impostos diferidos decorrentes de subsídios ao investimento	-332.535,26	-295.011,12
Impostos diferidos decorrentes de provisões	-737.211,45	-
Gasto com impostos sobre o rendimento	-526.566,40	2.776.672,31



Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa não dispõe de prejuízos fiscais a reportar, por estes terem sido integralmente deduzidos na declaração de imposto referente ao período de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 os prejuízos fiscais reportáveis (já declarados) ascendiam a € 4.828.519,69 conforme se segue:

	2021	
	Montante	Data
Gerados em 2016	126.866,43	31-12-2030
2017	1.661.090,05	31-12-2024
2019	1.652.623,86	31-12-2026
2020	1.387.939,35	31-12-2032
	<u>4.828.519,69</u>	

Impostos diferidos

No que respeita às reavaliações efetuadas sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal atualizada por coeficientes de atualização monetária dos terrenos reportada a 31 de dezembro de 2022, tendo-se utilizado para o efeito uma taxa agregada de imposto de 22,5%.

No cálculo efetuado relativamente aos ativos objetos de reavaliações legais, considerou-se o efeito da não dedução fiscal de 40% das reavaliações efetuadas, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 118-B/86.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Passivos por impostos diferidos	
	2022	2021
Saldo inicial	12.296.242,87	10.359.749,45
Efeito em resultados:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	-279.935,44	-322.218,71
Diferenças entre a base fiscal e a base contabilística de ativos fixos tangíveis registados no custo considerado à data de transição (que foram objeto de reavaliações legais)	-9.697,84	-9.994,92
Subsídios ao investimento	-332.535,26	-295.011,12
	<u>-622.168,54</u>	<u>-627.224,75</u>
Efeito em reservas e capital próprio:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	369.577,11	2.341.533,48
Subsídios ao investimento	336.743,66	222.184,69
	<u>706.320,77</u>	<u>2.563.718,17</u>
Saldo final	<u>12.380.395,10</u>	<u>12.296.242,87</u>

No período findo em 31 de dezembro de 2022 foram constituídos ativos por impostos diferidos no montante de € 737.211,45 em resultado do registo de provisão para atender às responsabilidades decorrentes da liquidação de proporcionais de férias e subsídio de férias, relativos ao trabalho suplementar e atividades complementares de anos anteriores (Nota 15).



11. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Outros investimentos financeiros” apresentava a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Não correntes:		
Títulos da dívida pública depositados em Instituições de Crédito	717.522,76	717.522,76
Títulos da dívida pública em carteira	11.879,23	11.879,23
Depósitos em numerário à ordem do Juiz	549.876,80	549.876,80
Perdas por imparidades de outros investimentos financeiros	-70.286,26	-39.981,85
	<u>1.208.992,53</u>	<u>1.239.296,94</u>
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	369.748,84	276.926,05
Participações financeiras – método do custo	15.000,00	15.000,00
	<u>1.593.741,37</u>	<u>1.531.222,99</u>

Em 2022, o montante de € 1.208.992,53 (€ 1.239.296,94 em 2021) respeita a títulos da dívida pública detidos pela Empresa e a depósitos em numerário à ordem do Juiz para garantir pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi autosseguradora até 8 de janeiro de 1999.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de € 15.000,00 em “Participações financeiras” refere-se à participação na empresa OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA.

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2022			2021		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	72.116,14	-	72.116,14	67.859,90	-	67.859,90
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.830.792,47	18.092,98	1.812.699,49	1.387.925,75	18.092,98	1.369.832,77
	<u>1.902.908,61</u>	<u>18.092,98</u>	<u>1.884.815,63</u>	<u>1.455.785,65</u>	<u>18.092,98</u>	<u>1.437.692,67</u>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalha-se conforme se segue:

	2022		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	67.859,90	1.387.925,75	1.455.785,65
Compras	11.031,36	19.165.436,69	19.176.468,05
Regularizações	662,00	-79,14	582,86
Saldo final	<u>72.116,14</u>	<u>1.830.792,47</u>	<u>1.902.908,61</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>7.437,12</u>	<u>18.722.490,83</u>	<u>18.729.927,95</u>



	2021		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	69.996,29	1.405.983,10	1.475.979,39
Compras	1.447,68	14.652.779,15	14.654.226,83
Regularizações	-513,73	-356,68	-870,41
Saldo final	67.859,90	1.387.925,75	1.455.785,65
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.070,34	14.670.479,82	14.673.550,16

Perdas por imparidade

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontram-se registadas perdas por imparidade acumuladas de inventários no montante de € 18.092,98.

13. Clientes e outros créditos a receber

As categorias de ativos financeiros correntes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2022			2021		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Ativos financeiros ao custo amortizado menos perdas por imparidade:						
Clientes	2.544.663,90	-	2.544.663,90	3.468.410,19	-	3.468.410,19
Outros créditos a receber	6.689.437,22	59.164,83	6.630.272,39	23.332.723,09	59.164,83	23.273.558,26
	<u>9.234.101,12</u>	<u>59.164,83</u>	<u>9.174.936,29</u>	<u>26.801.133,28</u>	<u>59.164,83</u>	<u>26.741.968,45</u>

A rubrica “Outros créditos a receber”, à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui as seguintes verbas:



	2022	2021
Compensações PART	1.678.016,26	3.593.647,11
Operadores de transportes	2.100.979,11	1.411.473,79
Vendas de dezembro	1.375.689,21	1.004.128,15
Pagamento por conta COSP	-	13.266.618,71
Outros	1.534.752,64	4.056.855,33
	<u>6.689.437,22</u>	<u>23.332.723,09</u>

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital Subscrito e Resultados:

Em 31 de dezembro de 2022 o capital da Empresa subscrito e realizado é correspondente a 15.734.800 ações ordinárias nominativas com o valor nominal de € 5,00 cada, detido a 100% pelo município de Lisboa.

Por deliberação datada de 12 de maio de 2022, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de € 11.546.403,92 foi transferido para resultados transitados.

	Resultados transitados
Saldo no início do período	-77.590.862,64
Resultado Líquido de 2021	11.546.403,92
Responsabilidades com pensões (Nota 19)	-6.271.825,53
Impostos diferidos (Nota 10)	-332.535,26
Saldo no final do período	<u>-72.648.819,51</u>

Excedentes de revalorização:

O movimento do excedente de revalorização (rubrica “Excedentes de revalorização”) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis
Saldo no início do período	67.384.597,79
Revalorizações do período (Nota 6)	1.714.527,03
Realização de reservas	-
Impostos diferidos (Nota 10)	-369.577,11
Saldo no final do período	68.729.547,71

A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de dezembro;
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho;
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de dezembro;
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de maio;
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril;
- Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de janeiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro;
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro.

Como resultado das revalorizações efetuadas (as quais fazem parte integrante do custo considerado dos bens sobre os quais incidiram estas reavaliações), as depreciações do exercício findo em 2022 foram aumentadas em € 107.753,79. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Subsídios do Governo:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio, na rubrica de “Outras variações no capital próprio”, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Empresa registou os valores relacionados com subsídios:

	2022	2021
Subsídios relacionados com ativos:		
Montante atribuído no ano	-	1.213.160,45
Rébito do período	<u>-1.602.716,23</u>	<u>-1.628.435,17</u>
Variação no Capital Próprio	<u>-1.602.716,23</u>	<u>-415.274,72</u>

Ajustamentos/ outras variações no capital próprio:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Ajustamentos/ outras variações de capital próprio registou a seguinte evolução:

	Ajustamentos/ outras variações no Capital Próprio
Saldo no início do período	34.530.309,05
Imputação de subsídios	-1.602.716,23
Impostos diferidos (Nota 10)	<u>-4.208,40</u>
Saldo no final do período	<u>32.923.384,42</u>

Distribuição de dividendos:

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do período, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas/sócios quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.



15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	539.626,96	678.236,11	161.814,12	-	1.056.048,95
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	670.981,22	-	22.760,38	-	648.220,84
Outras provisões	719.755,52	3.276.495,34	139.022,58	-	3.857.228,28
	<u>1.930.363,70</u>	<u>3.954.731,45</u>	<u>323.597,08</u>	<u>-</u>	<u>5.561.498,07</u>

	2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	255.567,52	337.194,14	53.134,70	-	539.626,96
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	642.508,60	28.472,62	-	-	670.981,22
Outras provisões	1.984.945,17	119.138,33	4.604,70	1.379.723,28	719.755,52
	<u>2.883.021,29</u>	<u>484.805,09</u>	<u>57.739,40</u>	<u>1.379.723,28</u>	<u>1.930.363,70</u>

As variações registadas, em 2022, na rubrica de provisões decorrem essencialmente:

- Da estimativa de desfecho dos processos judiciais em curso (que originou um reforço das provisões constituídas para processos judiciais em curso na ordem dos € 0,5 milhões);
- Da avaliação atuarial das responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi autosseguradora até 8 de janeiro de 1999 (que originou uma diminuição das provisões constituídas para acidentes de trabalho e doenças profissionais na ordem dos € 23 milhares);
- Da necessidade de provisionar outras contingências, nomeadamente decorrentes de sinistros rodoviários, participação financeira na Publicarris e responsabilidades decorrentes da liquidação de proporcionais de férias e subsídio de férias relativos ao trabalho suplementar e atividades complementares de anos anteriores (que originou um reforço das outras provisões constituídas na ordem dos € 3,3 milhões).

16. FORNECEDORES, EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Fornecedores:		
Fornecedores c/c	4.746.618,42	6.986.336,32
Faturas em receção e conferência	1.632.995,41	1.169.757,80
Fornecedores de Investimento	1.184.593,18	3.225.610,57
	<u>7.564.207,01</u>	<u>11.381.704,69</u>

O Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, que procedeu à municipalização da Carris, transmitiu para a Câmara Municipal de Lisboa a totalidade das ações representativas do capital social da empresa. No âmbito deste processo, o Estado assumiu a totalidade da dívida financeira registada no balanço da Carris à data de 31 de dezembro 2016, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Outras dívidas a pagar:		
Remunerações a liquidar	11.879.901,52	10.850.757,30
Outros credores por acréscimos de gastos	454.611,32	255.947,52
Outros credores	981.761,21	749.280,95
Pagamentos por conta – CML	38.224.044,59	36.161.664,28
Pagamentos por conta – TML Gratuitidade	1.155.457,58	-
Acionistas/sócios	10.157,67	10.157,67
	<u>52.705.933,89</u>	<u>48.027.807,72</u>

O saldo credor da rubrica “Pagamentos por conta – CML” regista os montantes recebidos no período por conta das compensações de serviço público, deduzidos dos valores apurados como responsabilidade da CML, em resultado da execução do contrato de serviço público e da disponibilização de tarifas bonificadas (Notas 20 e 28).



A rubrica “Pagamentos por conta – TML Gratuitidade” inclui os montantes recebidos a título de pagamentos por conta no âmbito do acordo sobre a implementação de transporte coletivo gratuito no Município de Lisboa, para jovens e maiores de 65 anos, com domicílio fiscal em Lisboa.

Em maio de 2022, o Município de Lisboa e a TML-Transportes Metropolitanos de Lisboa celebraram um acordo visando a implementação e operacionalização do plano de gratuitidade dos transportes na cidade de Lisboa para os jovens portadores do passe 4_18 ou do passe sub23, e para os maiores de 65 anos de idade, nos termos do qual compete à TML efetuar o pagamento aos operadores pela disponibilização do transporte gratuito.

O pagamento do serviço prestado é efetuado após o apuramento mensal de todos os títulos carregados, para cada uma das modalidades e escalões de desconto elegíveis, não sendo considerados aqueles carregamentos que, no período em análise, não tenham, pelo menos, uma validação registada na rede dos operadores envolvidos. Para os primeiros 3 meses de vigência da gratuitidade, para cada uma das modalidades, o Acordo previu pagamentos por conta, com um valor definido para cada modalidade, por Operador. A partir do quarto mês de vigência do acordo, foi realizado o pagamento do primeiro mês (agosto, para os maiores de 65, e setembro para os jovens) com base nos carregamentos efetivamente realizados.

Para a Carris, o Acordo estabeleceu o pagamento mensal de €385.855 para os passes 3ªIdade, durante os meses de agosto, setembro e outubro; para os passes 4_18 e sub23, o pagamento de €118.566 a realizar nos meses de setembro, outubro e novembro.

No apuramento dos valores anuais da receita tarifária dos operadores, para efeitos de pagamento das compensações relativas a dezembro, a TML considerou e incluiu os valores reais da gratuitidade. Deste modo, conforme previsto no Acordo, o valor recebido dos pagamentos por conta será acertado após o seu termo de vigência.



17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	3.071.316,33			-239.178,26
Estimativa de imposto (Nota 10)	-832.813,59			3.403.897,06
Retenções na Fonte	61.921,08			-58.413,06
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		684.024,25		608.975,84
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.286.790,24		2.165.565,28	
Contribuições para a Segurança Social		802.618,53		904.336,87
Outros impostos		28.606,22		14.891,16
	<u>3.587.214,06</u>	<u>1.515.249,00</u>	<u>2.165.565,28</u>	<u>4.634.509,61</u>

Em 31 de dezembro de 2022 o montante inscrito na rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado” refere-se a pedidos de reembolso solicitados para os meses de outubro a dezembro de 2022.

18. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam os seguintes saldos:

	2022	2021
Vendas de títulos de transporte	1.684.473,95	1.499.330,46

O montante inscrito nestas rubricas refere-se ao diferimento do rendimento com as vendas de títulos de transporte, nomeadamente passes, cuja utilização ocorrerá no mês seguinte.



19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência.

A avaliação atuarial do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021 pela empresa Actuariado. O valor presente da obrigação de benefícios definidos, o custo dos serviços correntes e dos serviços passados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2022	2021
Idade normal de reforma	Variável	Variável
Pensões de reforma	Pagas 14 vezes ao ano	Pagas 14 vezes ao ano
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90
Tábua de invalidez	SR01 150%	SR01 150%
Tábua de Turnover	Carris	Carris
Taxa de desconto	3,80%	1,30%
Taxa de crescimento dos salários	2,60%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, alterado pela Lei n.º 107/2017 de 10 de novembro, veio proceder à transferência das responsabilidades relativas a complementos de pensões de reformados, pensionistas e trabalhadores no ativo à data de 31 de dezembro de 2016 para a Caixa Geral de Aposentações, conforme Decreto-Lei n.º 95/2017 de 10 de agosto.

O estudo atuarial para cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego tem em conta as alterações decorrentes dos referidos diplomas legais, considerando que todas as variações estimadas nos benefícios pós-emprego decorrentes das alterações salariais verificadas após 31 dezembro 2016, bem como de novas admissões, são da responsabilidade da Carris.

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo:		
Trabalhadores no ativo	16.436.814,43	9.938.593,16
Reformados	2.366.269,95	1.417.900,40
	<u>18.803.084,38</u>	<u>11.356.493,56</u>

O detalhe da população abrangida pelo estudo atuarial em dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

População	2022	2021
Ativos	2.591	2.626
Pensionistas	73	44

O montante registado como gasto no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de € 1.291.898,98 (€ 1.179.071,54 em 2021) (Nota 22). Em 2022 foram ainda pagos complementos de reforma no montante de € 117.133,69 (€ 19.674,78 em 2021).

A evolução das responsabilidades da Empresa com pensões nos períodos de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

	2022	2021
Valor presente da obrigação no início do período	11.356.493,56	10.659.663,39
Custo dos serviços correntes	1.137.631,33	1.033.903,43
Pensões pagas	-117.133,69	-19.674,78
Custo dos juros	154.267,65	145.168,11
Ganhos e perdas atuariais	6.271.825,53	-462.566,59
	<u>18.803.084,38</u>	<u>11.356.493,56</u>



20. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

	2022		2021	
Vendas e serviços prestados				
Venda de bens	139.363,30		94.665,79	
Prestação de serviços	<u>103.859.693,22</u>	103.999.056,52	<u>77.772.958,45</u>	77.867.624,24
Compensações tarifárias e subsídios (inclui 4_18, sub23, social+, PART "variável" e compensações CML)		<u>49.930.742,61</u>		<u>75.195.838,10</u>
		<u>153.929.799,13</u>		<u>153.063.462,34</u>

	2022	2021
Serviço Público:	70.786.860,06	46.160.354,65
Autocarros	57.610.758,30	40.168.731,19
Elétricos	10.744.260,80	4.953.236,47
Ascensores	1.667.436,15	614.734,32
Carmo	764.404,81	423.652,67
PART Fixo	29.151.439,62	30.241.043,97
Compensação Gratuitidade	1.176.990,46	-
Compensação Antigo Combatente	466.773,59	92.622,64
Alugueres	354.838,92	124.292,99
Aluguer de espaços para publicidade	732.771,65	499.810,36
Cartões Títulos Transporte	950.349,05	448.968,92
Outras	239.669,87	205.864,92
	<u>103.859.693,22</u>	<u>77.772.958,45</u>

As compensações tarifárias e subsídios (Nota 28) reconhecidos como rendimentos nos períodos de 2022 e 2021, foram os seguintes:



	2022	2021
4_18/sub23	1.748.158,94	1.793.555,93
Passe Social+	858.914,49	858.914,49
COSP	40.467.855,49	48.216.862,01
Fundo Ambiental	2.920.680,00	-
PART variável	3.732.873,87	24.232.829,14
Outros	202.259,82	93.676,53
	<u>49.930.742,61</u>	<u>75.195.838,10</u>

Ao valor das compensações devidas pela prática de tarifários bonificados acresce IVA à taxa reduzida.

No período de 2022, a Carris reconheceu como rédito as compensações de serviço público atribuídas pelo Município, relativas a 2021, calculadas e comunicadas nos termos previstos contratualmente, no montante de € 38.433.009,30. A Carris reconheceu ainda como rédito em 2022 o montante da compensação tarifária decorrente da política de prática de tarifas bonificadas pela CML, para determinados segmentos da população, no montante de € 2.034.846,19.

No período de 2022 foi descontado o montante de € 48.120,81 (€ 45.396,99 após dedução do IVA) à compensação dos passes 4_18/sub23, correspondente ao valor de sobrecompensação no exercício de 2021, apurado pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT).

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:



	2022	2021
Manutenção e reparação autocarros	13.015.138,76	12.758.079,10
Manutenção e reparação elétricos	2.591.623,53	2.710.720,05
Outras manutenções e reparações	2.401.636,38	2.202.541,87
Gasóleo, gasolina, gás e lubrificantes	2.489.168,98	2.064.885,91
Licenciamento de software	1.870.421,86	1.676.092,62
Comissões a intermediários	1.090.414,27	804.579,52
Seguros	2.010.301,26	2.161.389,86
Auditoria, consultoria e honorários	2.725.284,75	2.288.239,50
Limpeza material circulante e outros	1.677.270,41	1.776.095,04
Aluguer de pneus	692.823,76	801.104,24
Eletricidade	1.875.711,69	950.929,57
Comunicação	1.010.666,64	841.692,94
Vigilância e segurança	869.472,40	828.402,91
Outros fornecimentos e serviços externos	1.863.376,45	1.879.089,42
	<u>36.183.311,14</u>	<u>33.743.842,55</u>

22. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	363.320,92	282.660,03
Remunerações do pessoal	60.476.868,60	56.298.676,34
Benefícios pós-emprego:		
Benefícios definidos (Nota 19)	1.291.898,98	1.179.071,54
Rescisões	119.406,66	143.154,39
Encargos sobre remunerações	14.375.647,94	13.393.222,68
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.266.334,60	982.720,72
Gastos de ação social	248.119,74	249.141,86
Outros	2.155.443,91	2.119.932,51
	<u>80.297.041,35</u>	<u>74.648.580,07</u>

A rubrica “Remunerações dos órgãos sociais” no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 inclui o montante de € 331.820,92 referente a remunerações do Conselho de Administração (€ 251.160,03 em

2021). O remanescente refere-se a remunerações do Conselho Fiscal, eleito por deliberação datada de 1 de outubro de 2020.

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício de 2022 foi de 2.601 empregados, todos com contratos sem prazo (2.598 em 2021).

Adicionalmente informa-se que o número de efetivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de 2.591 e 2.627, respetivamente.

23. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 2021 é conforme se segue:

	2022	2021
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	16.129.155,29	14.945.964,96
Ativos Intangíveis (Nota 8)	562.418,96	564.579,30
	<u>16.691.574,25</u>	<u>15.510.544,26</u>



24. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 2021 é conforme se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimentos suplementares:		
Indemnizações	486.470,39	647.778,17
Rendas e cedência instalações	445.312,78	236.380,09
Outros rendimentos suplementares	236.286,68	212.458,21
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	32.229,87	35.205,32
Rendimentos em investimentos não financeiros	12,94	32.526,80
Reconhecimento de subsídios ao investimento (Nota 14)	1.602.716,23	1.628.435,17
Outros	299.188,84	169.471,63
	<u>3.102.217,73</u>	<u>2.962.255,39</u>

A rubrica “Rendimentos nos restantes ativos financeiros” no período findo em 31 de dezembro de 2022 inclui o montante de € 2.052,05 referente a dividendos distribuídos pela empresa OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA relativos ao exercício de 2021.

25. OUTROS GASTOS

A composição da rubrica de “Outros gastos” nos períodos findos em 31 de dezembro e 2022 e em 2021 é conforme se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos e taxas	169.518,90	208.256,61
Gastos em investimentos não financeiros	8.048,06	11.627,60
Quotizações	76.335,67	64.850,15
Insuficiência de estimativa para impostos	212.683,15	340,58
Outros	528.744,16	388.701,92
	<u>995.329,94</u>	<u>673.776,86</u>



26. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022	2021
Outros gastos de financiamento	27.762,41	29.491,29

Não foram reconhecidos quaisquer juros ou outros rendimentos similares no decurso dos períodos findos em 2022 e 2021.

27. PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício de 2022 foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração no montante de € 331.820,92 (€ 251.160,03 em 2021).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Relatório e Contas



	2022				
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação: Subsidiárias Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	5.711,16	651.041,79	468,00	420.000,00	690.417,42
Associadas Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		732.771,65			
Outras partes relacionadas: Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (a)	<u>102.655,06</u>	<u>1.010.856,14</u>	<u>4.227,50</u>	<u>199.155,55</u>	<u>10.493.050,88</u>
	<u>108.366,22</u>	<u>2.394.669,58</u>	<u>4.695,50</u>	<u>619.155,55</u>	<u>11.183.468,30</u>

(a) Empresa detida a 100% pela Carristur.

	2021				
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação: Subsidiárias Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	2.251,78	483.403,14	312,00		466.556,42
Associadas Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		550.052,17			
Outras partes relacionadas: Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (b)	<u>104.220,95</u>	<u>777.479,73</u>	<u>161.547,39</u>	<u>220.701,39</u>	<u>10.122.741,15</u>
	<u>106.472,73</u>	<u>1.810.935,04</u>	<u>161.859,39</u>	<u>220.701,39</u>	<u>10.589.297,57</u>

(b) Empresa detida a 100% pela Carristur.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2022		2021	
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes
Subsidiárias:				
Carristur - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	290.134,00	830.828,25	316.053,19	224.185,39
Associadas:				
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA	457.464,96	-	550.017,46	
Outras partes relacionadas:				
Carrisbus - Manutenção, Reparação e Transportes, SA	105.194,59	1.033.844,67	222.735,46	1.253.082,94
	<u>852.793,55</u>	<u>1.864.672,92</u>	<u>1.088.806,11</u>	<u>1.477.268,33</u>

28. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

	2022				
	Montante atribuído em anos anteriores	Montante atribuído no ano	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período
Subsídios à tarifa:					
4_18 e Sub23	-	1.853.048,47 ⁽¹⁾	1.901.169,28	-	1.748.158,94
Social +	-	910.449,36	910.449,36	-	858.914,49
	-	<u>2.763.497,83</u>	<u>2.811.618,64</u>	-	<u>2.607.073,43</u>

⁽¹⁾ Após desconto de sobrecompensação referente a 2021, no valor de € 48.120,81.



	2021				
	Montante atribuído em anos anteriores	Montante atribuído no ano	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período
Subsídios à tarifa:					
4_18 e Sub23	111.948,31	1.901.169,28	2.013.117,59	-	1.793.555,93
Social +	-	910.449,36	910.449,36	-	858.914,49
	<u>111.948,31</u>	<u>2.811.618,64</u>	<u>2.923.566,95</u>	<u>-</u>	<u>2.652.470,42</u>

No período de 2022 foi descontado no valor das compensações atribuídas pela disponibilização dos passes 4_18/sub23 o montante de € 48.120,81 (€ 45.396,99 após dedução do IVA) referente a sobrecompensação apurada pela AMT relativamente ao exercício de 2021. Este montante foi pago à Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) no início de 2023.

Em 2022 e 2021, a Empresa registou as seguintes compensações ao abrigo do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) no que se refere à parcela “variável”:

	2022	2021
PART “variável”	<u>3.732.873,87</u>	<u>24.232.829,14</u>



Em 2022 e 2021, a Empresa beneficiou ainda das seguintes compensações por obrigações de serviço público:

	2022	
	Montante recebido	Rédito do período
COSP tarifária – 2022	-	2.034.846,19
Pagamentos por conta – 2022	40.258.890,78	-
COSP tarifária – 2021	1.696.889,89	-
COSP não tarifárias - 2021	13.937.124,21	38.433.009,30
	<u>55.892.904,88</u>	<u>40.467.855,49</u>

	2021	
	Montante recebido	Rédito do período
COSP tarifária – 2021	-	1.600.839,52
COSP não tarifárias - 2020	27.817.149,91	46.616.022,49
Pagamentos por conta – 2021 ⁽¹⁾	24.495.885,09	-
	<u>52.313.035,00</u>	<u>48.216.862,01</u>

⁽¹⁾ Encontra-se por receber o montante de € 13.266.618,71 referente à segunda parcela do segundo pagamento por conta.

Os valores recebidos referentes a compensações devidas pela prática de tarifários bonificados incluem IVA à taxa reduzida.

Durante o período de 2022 foram reconhecidos rendimentos no montante de € 2.920.680,00 decorrentes do apoio extraordinário e excecional ao setor dos transportes públicos de passageiros, criado a fim de mitigar os efeitos da subida dos preços do combustível, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/2021 de 12 de novembro.

Em 2022 foram ainda reconhecidos os seguintes subsídios à exploração: € 70.187,35 referentes ao projeto VoxPop; € 69.536,84 do projeto Trips; € 5.832,14 do projeto C-Streets; € 4.916,06 do projeto Tangent; e € 51.787,43 de verbas atribuídas no âmbito do POSEUR.



29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas:

Contratualmente o Revisor Oficial de Contas tem direito a faturar € 33.000,00 relacionados com a revisão legal das contas de 2022. Durante o ano de 2022 foram faturados € 11.000,00 referentes a 2022, € 22.000 referentes a 2021 e € 2.750,00 referentes a 2020.

Despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores:

Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, nos exercícios de 2022 e 2021, as seguintes:

	2022	2021
Custo das Matérias Consumidas	61,22	2.242,36
Fornecimentos e serviços externos	-	61,48
Gastos com o Pessoal	644.926,16	588.996,72
Depreciações	114,52	114,60
	<u>645.101,90</u>	<u>591.415,16</u>

Houve, em média, onze trabalhadores afetos a tempo inteiro a estas estruturas em 2022 e 2021.

30. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 42.037,16 (€ 26.688,38 em 2021), como segue:

	2022	2021
Garantias a favor dos tribunais	31.348,78	16.000,00
Garantias a favor de outras entidades	10.688,38	10.688,38
	<u>42.037,16</u>	<u>26.688,38</u>



31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não existem factos relevantes após a data do balanço a reportar.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.^a Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.^a Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.^a Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.^o Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho